

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Trajetórias e Vivências de Trabalhadoras Terceirizadas da
Limpeza da Universidade Federal de Uberlândia
(2011-2015)**

FELIPE DUARTE

UBERLÂNDIA – MG

JULHO/2015

FELIPE DUARTE

**Trajetórias e Vivências de Trabalhadoras Terceirizadas da
Limpeza da Universidade Federal de Uberlândia**

(2011-2015)

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do curso de História – Licenciatura
e Bacharelado, da Universidade Federal de
Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

UBERLÂNDIA – MG

2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. . Dr.^a Juliana Lemes Inácio

Prof. Fabiano Silva Santana

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

(Orientador)

RESUMO

No presente trabalho monográfico visei explicitar como se deu o processo de terceirização de alguns setores de serviço dentro da universidade pública brasileira. Partindo inicialmente da análise do projeto neoliberal nas décadas de 1980 e 1990 busquei vislumbrar como se deu a implementação desse processo na Universidade Federal de Uberlândia; bem como, tentei entender como é a vida desses trabalhadores terceirizados, com enfoque nas trabalhadoras terceirizadas da limpeza; buscando entender os conflitos sociais que envolvem essa questão.

Palavras-Chave: Terceirização, Trabalhadores, Conflitos Sociais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO 1 O Processo de Terceirização do Trabalho: Conflitos e Tensões	11
CAPÍTULO 2 Trajetórias e vivências das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFU.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

APRESENTAÇÃO

Contextualizar o processo de terceirização buscando compreender como os próprios trabalhadores interpretam e constroem suas diferentes visões de mundo, se coloca como central em nossas reflexões. Sabendo que quando instigamos nossa pretensão de interpretar o processo histórico, sempre nos projetamos de um tempo presente, impulsionando tanto para o passado, como também para tendências e possibilidades de futuro. Por isso, enquanto historiador é pertinente indagarmos como indica Yara Aun Khoury, que:

Lembrando algumas questões que orientam nosso trabalho como historiadores, vale observamos melhor como esses trabalhadores articulam o presente e o passado, no sentido de tornarmos mais visível seu potencial de organização e de readequação do trabalho e da sobrevivência, atravessados por novas formas de dominação, exclusão e opressão. (KHOURY, 2009, p.129-130)

Reivindicar certas perspectivas e interpretações a partir do presente nos coloca a tarefa de posicionar-nos de qual lugar social nós “falamos”. Por isso, quando tencionamos e explicitamos conflitos e interpretações históricas, estamos reivindicando sentidos e significados em meio a um contexto histórico, buscando indicar que o processo histórico é construído a partir de relações sociais e sujeitos históricos que impelem interesses e necessidades em meio a isso.

Como nos aponta Déa Ribeiro Fenelon, nos explicitando uma visão sobre história e historiografia, no Livro “Muitas memórias, outras Histórias”, refletindo que:

Para muitas correntes, voltar-se para o presente significa tomá-lo como objeto de estudo e ainda, numa visão linear de tempo, considerá-lo mero desdobramento do passado no qual já estava, de certa maneira, inscrito.

Quando discutimos a questão, a nossa abordagem é diversa: seguramente é muito mais do que só falar de temas atuais. Propomos a construção de um olhar político, segundo o qual o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico (mesmo remoto) em que situamos a nossa investigação. E mais: orienta-se para o futuro, já que a nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2005, p.12)

Propormos um olhar político nos impõe a tarefa de interpretar e expor diferentes projetos e perspectivas que são construídos historicamente. Na busca “de transformar

este presente”, indagando formas de dominação e resistência; compreendendo que nos reivindicamos de um lugar social. Sendo assim, “refletir sobre o passado, a partir de um presente vivido como tensão significa estar se posicionando, também, no presente”. (KHOURY, 2009, p.130)

Dessa forma, é necessário compreender que nossas interpretações e expectativas emergem do presente vivido, nos impulsionando a partir de noções do presente a indagar o passado e “projetar” um futuro. Como nos explicita a historiadora Yara Aun Khoury no texto “Do Mundo do Trabalho ao Mundo dos Trabalhadores: História e Historiografia”, nos expondo que:

dialogar, com o passado não é, apenas, tornar mais visíveis experiências vividas em tempos anteriores; trata-se, sobretudo, de explorar os sentidos que esse passado assume no presente, num movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo. (KHOURY, 2009, p.125)

Assim, reivindicar a reflexão sobre muitas memórias emerge como essencial, para, com isso, trazermos outras histórias que não a história dita oficial à tona. Explicitando sujeitos dissidentes e excluídos das narrativas oficiais, permeando possibilidades e perspectivas para além das “oficializadas” pela classe dominante. Como nos expõe:

Ao definirmos a memória como campo de nossa reflexão e diálogo, apontávamos a existência de um “campo social onde memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana”, o que nos colocou a importância e o compromisso de reavivar lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2009, p.6)

Construindo, assim, uma posição historiográfica e essencialmente política explicitando “memórias hegemônicas e alternativas”, colocando os sujeitos históricos como os grandes construtores da história e reivindicando, a partir daí, a noção de totalidade social, permeando todas as expectativas e angústias no mundo capitalista que engendram as relações sociais. Colocando como mote das nossas análises a perspectiva da luta de classes. Como explicita Khoury:

Tendo os sujeitos históricos como o grande substrato das histórias e memórias com as quais trabalhamos, adotamos uma compreensão da realidade social no imbricamento da noção de cultura com a de experiência social. Buscamos compreender como sujeitos específicos significam e interpretam a vida e a eles próprios, nos modos de projetar, trabalhar, morar, se relacionar, se comunicar, festejar, comemorar, etc.; nos modos como se apropriam de e reelaboram valores, sentimentos, experiências, memórias e expectativas; buscamos compreender como hegemonias se engendram e carências e necessidades se constituem, dentro de condições históricas determinadas, atravessadas pelas lutas sociais. (KHOURY, 2009, p.123-124)

Assim a possibilidade de expor as lutas sociais, e como os sujeitos históricos vão se posicionando a partir do presente nos leva a compreender mais claramente como o processo histórico vai se construindo, pois: “Buscamos compreender como sujeitos específicos significam e interpretam a vida e a eles próprios”. Nesse sentido, dialogando com Alessandro Portelli, e nos explicitando que:

Por conseguinte, o que o trabalho nos ensina não é a importância abstrata do indivíduo, alardeada pelo capitalismo competitivo e liberal, mas a importância idêntica de todos os indivíduos. A bem da verdade, embora realmente entrevistemos pessoas de elite, fomos motivados a iniciar nosso trabalho, e a ele damos continuidade, porque, em essência, desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos – as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres, os colonizados. Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos, isolados e obscuros – e, sem exceção, muito especiais -, é igualmente importante e necessária. (PORTELLI, 1997, p.18)

Como nos incita Portelli, “desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos”, sendo assim, o trabalho de compreender a trajetória e a vivência das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFU, nos impulsiona a entendermos a terceirização e suas contradições a partir das narrativas das trabalhadoras.

A memória acompanha a mudança, contudo, também resiste às mudanças que optamos não fazer – o que nos remete novamente à História Oral como uma arte não só daquilo que aconteceu, como também daquilo que deixou de acontecer, aquilo que poderia ou deveria ter acontecido. (PORTELLI, 1997, p.33)

Contudo, essa pesquisa aponta-se como a possibilidade de dialogar e explicitar noções de trabalhadores terceirizados. Tendo como foco as trabalhadoras da limpeza da Universidade Federal de Uberlândia. Busquei, a partir, de duas entrevistas indicar como

nas relações construídas por essas trabalhadoras vão delimitando expectativas, possibilidades, sonhos e medos. Assim, explicitando noções de dominação a partir das condições apresentadas do próprio trabalho encontramos as possibilidades de resistência em meio aos conflitos.

No Primeiro Capítulo, cujo título é O Processo de Terceirização do Trabalho: Conflitos e Tensões, procurei delinear como se constitui o projeto neoliberal e consequentemente a inserção de políticas de desregulamentação do mercado de trabalho.

Mostrando assim, de forma breve, as transformações e disputas pelo Estado e sua intervenções na sociedade civil. Como nos indica:

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente interrelação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da Sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas. (MENDONÇA, 2013, p.19)

A partir da entrevista realizada com Paulo Henrique Gonçalves, - sindicalista e técnico administrativo da UFU – busquei compreender como as políticas neoliberais foram transformando a Universidade Federal de Uberlândia. Assim, expondo, lutas e resistências que foram indicando outras possibilidades dentro do contexto histórico. Nesse sentido, como nota Mendonça:

Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em Estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim. (MENDONÇA, 2015, p.19)

Todavia, tentei indicar essas transformações na UFU e compreender como sujeitos históricos vão se aliando a certos projetos e “práticas políticas”. Tentando dimensionar, principalmente, a partir das narrativas de Paulo Henrique Rodrigues como ele vivenciou e interpreta tais mudanças.

No Segundo Capítulo, intitulado Trajetória e Vivências das Trabalhadoras Terceirizadas da Limpeza da UFU, exponho a partir de duas entrevistas como são construídos os conflitos e tensões em meio ao cotidiano das trabalhadoras terceirizadas. A partir das entrevistas feitas com as trabalhadoras Luzia e Elenice, busco delinear suas respectivas trajetórias e assim indicar como os trabalhadores terceirizados impulsionam expectativas e possibilidades de sobrevivência no que converge o trabalho terceirizado.

Importante situar que decidi entrevistar duas trabalhadoras, pois como se percebe cotidianamente, grande parte do contingente de trabalhadores da Limpeza da UFU, são do sexo feminino, sendo assim, por questão de consideração a essa grande quantidade, decidi entrevistar trabalhadoras.

Luzia trabalhadora terceirizada da empresa ARQ serviços, tem 56 anos, é moradora do Bairro Lagoinha em Uberlândia e está há 6 anos no trabalho terceirizado de limpeza da UFU. Pude conhecê-la a partir de minhas idas e vindas ao interior da universidade. Possuidora de uma atitude firme e de resistência à postura de dominação que o trabalho terceirizado exerce, logo se dispôs a me conceder uma entrevista. Sendo assim, dialogamos sobre vários pontos que norteiam o cotidiano dessas trabalhadoras.

Elenice também funcionária da ARQ Serviços, tem 54 anos, é moradora do Bairro Santa Mônica em Uberlândia e está há 4 meses no respectivo trabalho. Apesar dos contratemplos, conheci Elenice quando a encontrei por acaso em um dos blocos da universidade. Humilde e simpática, também se dispôs a ceder uma entrevista. Interessante indicar que, Elenice em um primeiro momento, se postou de forma receosa com o convite que fiz para entrevista-la, principalmente por ter pouco tempo de trabalho na respectiva empresa.

Por essa razão optei por omitir os nomes verdadeiros das duas trabalhadoras, usando para tanto, pseudônimos. Contudo, Paulo Henrique, militante que pude conhecer a partir de indicação de alguns dirigentes do SITET-UFU (Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia), se dispôs a ajudar e solicitou-me o registro de seu nome, além de conceder-me a entrevista, cedeu-me documentos e textos ligados ao processo de terceirização do trabalho.

CAPÍTULO I

O Processo de Terceirização do Trabalho: Conflitos e Tensões

Contextualizar o processo de terceirização dos trabalhadores na Universidade Federal de Uberlândia não só perpassa por pontuar inflexões históricas e legais – nas quais leis foram criadas para balizar novas formas de organização do trabalho no serviço público –, como também perpassa por entender como os trabalhadores interpretam, e resistem a essas novas formas de dominação. Nesse sentido, busca-se pontuar diferentes embates e lutas que transcorreram na forma de organização do modo de produção capitalista. Bem como analisar diferentes propostas e perspectivas a partir de narrativas orais dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da limpeza considerando a maneira que estes se posicionam e constroem suas visões de mundo.

A expansão do projeto neoliberal em meio à década de 1980 e 90 “trouxe” como tensão outras perspectivas na luta de classes, o que fez com que o Estado fosse sistematicamente impulsionado e pressionado a impelir novas formas de “estruturação”. Tais mudanças e projetos, em disputa, foram e são construídos por sujeitos históricos reais, que defendem interesses em meio à lógica do mundo capitalista.

A Universidade Federal de Uberlândia não difere de outras instituições – por estar inserida dentro de relações sociais em meio a um contexto histórico – pois, também é palco desses embates, explicitando assim interesses e necessidades a partir de noções perpetradas na luta de classes. Como nos expõe Edward Palmer Thompson, historiador Inglês, no livro “A formação da Classe Operária Inglesa V. I”:

Se determos a história num determinado ponto, não a classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 1987, p.11-2)

Nesse caminho, abrir o debate para explicitar diferentes perspectivas que foram emergindo em meio a década de 1980 e 90 nos coloca a difícil tarefa de apresentar e discutir essas relações históricas a partir de diferentes documentos e evidências que foram surgindo. Compreender essas relações e “esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observando padrões em suas relações, ideias e instituições” tendo em vista o projeto e as ideias neoliberais que foram sendo implantadas a partir de interesses de classe. Assim, explicitar os interesses da classe dominante, abrangendo caminhos que estavam em disputa, se faz necessário, como nos explicita Ellen Meiksins Wood:

A última palavra mágica no debate econômico (se a isso pode dar o nome de debate) é “flexibilidade”: as economias capitalistas avançadas, é o que se afirma, devem desregulamentar o mercado de trabalho, enfraquecer a “rede de segurança” social e quem sabe levantar as restrições à poluição ambiental para competir com o capitalismo do Terceiro Mundo, ao permitir que os termos e condições de trabalho caiam aos níveis de seus competidores nos países menos desenvolvidos. Além dos cuidados com a previdência social, também o salário e as condições de trabalho decentes, e até a proteção do meio ambiente, parecem constituir obstáculos à competitividade, à lucratividade e ao crescimento. (WOOD, 2011, p.244)

Nesses termos apontados por Wood, a noção de desregulamentação do trabalho e da “flexibilidade” não são termos simplesmente locais ou de alguns países, mas um projeto global, principalmente, a partir da década de 1980. O debate sobre a classificação do Brasil em Primeiro, Segundo ou Terceiro Mundo, não se faz, neste contexto, tão necessário, já que os anseios do Capital Internacional se deram de diferentes formas em cada região. Embora a busca e o interesse que se sobrepôs foram “à competitividade, à lucratividade e ao crescimento” em detrimento de qualquer outra noção de relação humana.

Dessa forma é possível contextualizar a inserção do projeto neoliberal a partir de sujeitos históricos que alavancaram suas políticas e ideologia. Constatando que a lógica de organização do processo de terceirização está inserida nos meandros neoliberais, por isso, perceber sua construção se faz necessário. Como analisa Perry Anderson, Historiador Inglês em “Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático”:

O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. (ANDERSON, 1995, p.9)

Partindo dessa análise, entendemos que a perspectiva de pensar o Estado enquanto um problema para expansão do livre mercado tornou-se o mote de vários pensadores. Propondo, assim, a debater e combater qualquer noção social ou de “bem-estar” que partisse como política de Estado.

Com isso, propostas foram apontadas como necessárias ao combate de um Estado dito “autoritário”, que tivesse qualquer predisposição, no sentido de balizar suas políticas a partir de manifestações de solidariedade com (e entre) seus cidadãos. Como aponta Anderson:

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p.11)

Essa postura política cobrada tinha e tem um forte recorte de classe, posicionando claramente a favor da classe que detém os meios de produção e recursos para investir em mercados, ou para obter empresas públicas através de privatizações. Principalmente desarticulando qualquer forma de organização das classes trabalhadoras, no sentido da “criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”. Sendo assim, a postura de restaurar uma taxa natural de desemprego, para que não houvesse possibilidade de ousadia por parte das classes trabalhadoras para questionar sua exploração. Visto que a única busca da sociedade deveria ser a legitimação do livre mercado e proteção irrevogável da propriedade privada.

Todavia, a inserção do projeto neoliberal enquanto visão hegemônica em meio à classe dominante não teve inserção de imediato, mas só amplitude após décadas de suas formulações. Apesar de desde a década de 1940 haver articulações entre sujeitos históricos como Hayek e outros, tencionando no sentido de combater os Estados que intervissem no social; só foi a partir da década de 1970 em meio a uma recessão

capitalista que se conseguiram condições para combater a noção de Estado intervencionista, como nos aponta Anderson:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.10)

Percebe-se aí como mote, que o maior inimigo que o projeto neoliberal vislumbrava para legitimação do livre mercado eram os próprios produtores das mercadorias, ou seja, os trabalhadores e as possibilidades desses reivindicarem direitos, seja direto ao Estado ou mesmo aos donos dos meios de produção, pois “as raízes da crise afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário”, sendo assim o processo de terceirização dos trabalhadores responde diretamente a esses anseios de desarticulação e fragmentação das organizações sindicais e operárias.

As políticas neoliberais no Brasil, também não se afastaram dessa resposta incisiva a todas as organizações das classes trabalhadoras, espelhando-se como exemplo no processo de implantação do neoliberalismo na Inglaterra com Thatcher a “dama de Ferro”, que perseguiu e corroeu todas as expectativas que apontassem para a luta dos trabalhadores, como indica Francisco de Oliveira em “Neoliberalismo a Brasileira”:

Os objetivos são os mesmos, lá e cá. Trata-se de destruir a capacidade de luta e organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e dos movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil. (OLIVEIRA, 1995, p.28)

Apesar do emblemático processo de implementação do projeto Neoliberal no final dos anos de 1970 com a presidente Margaret Thatcher, cortando gastos sociais e

com forte processo de privatização de Estatais, tivemos como primeiro grande exemplo inicial de implementação de políticas neoliberais a América Latina, com o ditador Pinochet no Chile. Como exemplifica Anderson:

De fato, ainda que em seu conjunto tenha chegado a hora das privatizações massivas, depois dos países da OCDE e da antiga União Soviética, genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile sob a ditadura de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. (ANDERSON, 1995, p.19)

Questão importante a ser pontuada é atentar-se para a noção neoliberal de que o conceito de democracia nunca foi e nem é de suma importância para a inserção dos seus interesses. Colocando como luta central da classe dominante sua reivindicação de “livre mercado”, seja em um contexto democrático ou mesmo ditatorial.

O Brasil, não diferente de outros países da América Latina, também passou por um grande período de ditadura militar, obviamente, perseguindo trabalhadores e todos aqueles que questionavam o status quo da sociedade capitalista. Norteando suas intervenções também em uma perspectiva de desconstrução de qualquer política que pensasse o Estado em uma perspectiva de “bem-estar” ou social. Pois como menciona Oliveira; “a verdade é que foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado Brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato “democrático” de José Sarney.” (p. 24) Pontuando assim, o ditame de sempre colocar o Estado a disposição dos interesses da classe dominante.

Desdobrando sua contextualização, indicando que os governos pós-ditadura militar dispuseram-se inflexivelmente a construir e balizar suas políticas a partir da “cartilha” neoliberal. Delineando, suas posturas, como cínicas, colocando nos gastos sociais, a resposta para a má distribuição de renda no Brasil:

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular,

que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu Bismarck das Alagoas. (OLIVEIRA, 1995, P.25)

O Brasil caracterizou-se na década de 1990 por fortes lutas sociais e explicitação cada vez mais clara da luta de classes. Tendo o Estado como o palco de uma crescente política neoliberal tanto no governo Collor, como no governo de Fernando Henrique Cardoso, forçando privatizações, legitimando cada vez de forma mais clara o processo de terceirização e precarização do trabalho. Sendo assim, como aponta Diana Assunção em “A precarização tem Rosto de Mulher”:

O neoliberalismo e seus pilares de privatização dos serviços públicos, a flexibilização do trabalho e os ataques às conquistas dos trabalhadores garantiram à burguesia o fortalecimento de sua ideologia de livre mercado, competição e fragmentação da classe trabalhadora. Foi com o Consenso de Washington, em 1989, que instituições do imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, assinaram um termo de aplicação de medidas econômicas nos países da América Latina. Assim, as burguesias desses países passaram a implementar tais medidas que seguiam a tendência internacional de flexibilização, privatização e precarização. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50)

Seguindo esses ditames, a perseguição aos movimentos sociais e aos sindicatos ocorreram de forma incessante durante a década de 1990, forjando a partir do “Consenso de Washington” o processo de privatização e desdobrando a ataques frequentes aos serviços públicos.

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) (Filgueiras, 2001) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 –que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989. (FILGUEIRAS, 2006, p. 180-1)

Perceber as peculiaridades do caso Brasileiro, se faz pertinente para compreendermos em quais condições os trabalhadores se encontravam para travar a batalha contra a “avalanche” neoliberal. Tendo um forte processo de mobilização e luta por direitos. Entrando em meio à década de 1990, reivindicando outra possibilidade de organização do Estado.

A terceirização se perpetrou nessas circunstâncias, seguindo uma tendência de flexibilização. Ancorada na busca para desmobilizar qualquer possibilidade de organização dos trabalhadores. Tendo como maiores prejudicados as classes subalternas que ocupavam cargos considerados “desnecessários” para a manutenção da produção de mercadorias e serviços. A historiadora Assunção pontua que:

O Brasil seguiu a tendência de flexibilização e precarização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993. Os serviços que mais foram terceirizados no Brasil são os de limpeza, vigilância, e no último período houve um boom do telemarketing. Se compararmos com os trabalhadores formais ou efetivos, os trabalhadores terceirizados ganham cerca de um terço de seus salários. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 51)

Para além de uma inflexão jurídica que pontue o começo da legitimação da terceirização no Brasil, é importante situarmos como esses projetos e perspectivas foram ocorrendo. Pois, percebemos diversas interpretações legais em diferentes momentos. Tais como vivenciado no período em que se legitimou a terceirização do trabalho por parte do Estado.

O ano de 1967¹ é indicado como o período que declarou a legitimidade do Estado para se processar a terceirização. Outro momento diz respeito ao ano de 1970, expandido-se a contratação de empresas para prestarem serviços ao Estado. Por fim, tem-se a difusão legal proporcionada pelo governo FHC em 1997:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o

¹ LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970 e DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

disposto no § 7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, DECRETA: Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Extinguindo vários cargos no serviço público, considerando-os irrelevantes para a manutenção das “atividades-fim” das instituições públicas.

Importante, em meio a isso, caracterizar como a burguesia vislumbrou como interesse direto em propiciar o processo de terceirização, como forma de alavancar lucros e disseminar o medo entre as classes trabalhadoras de não conseguir ter o mínimo de projeção ou estabilidade nos seus respectivos locais de trabalho. Assunção pontua bem claramente como a terceirização era e é um projeto central para a classe burguesa, indicando que:

A terceirização traz grandes benefícios para a burguesia. Além dos baixos salários, que a tornam uma forma eficaz para que as empresas aumentem seus lucros e inclusive não percam nenhum centavo, com ela, as empresas não precisam se preocupar se algum trabalhador falta, engravida ou “cria algum problema”, muito menos com custos de acidentes de trabalho, licenças médicas, refeição, transporte, impostos trabalhistas, custos de admissão, demissão e treinamento. Simplesmente nem tratam disso. As empresas terceirizadas rapidamente substituem o funcionário que faltou, engravidou, ficou doente ou “criou algum problema”. Tudo isso se dá sob forte assédio moral, uma prática “legalizada” entre as empresas terceirizadas, que conta com a conivência e “vistas grossas” da empresa contratante. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 53)

Comumente o termo precarização é usado como sinônimo de terceirização, tal debate se delineia nesses apontamentos, indicando que “as empresas não precisam se preocupar se algum trabalhador falta, engravida ou ‘cria algum problema’, muito menos com custos de acidentes de trabalho, licença médicas, refeição, transporte, impostos trabalhistas, custos de admissão, demissão e treinamento”. Explicita-se assim a construção de certa “invisibilidade social” para com os trabalhadores terceirizados,

caminhando em um sentido de descaracterizar estes como detentores de direitos em meio à legislação trabalhista vigente.

Considerar que o campo jurídico também é um campo de disputas e interpretações, possibilita-nos compreendermos as tensões que vão se construindo, descaracterizando um dos princípios básicos idealizados pelos liberais: de que todos são iguais perante a lei. Falácia que se mostra de forma clara quando contextualizamos as condições dos trabalhadores terceirizados. Como aponta Jorge Luiz Souto Maior na “Apresentação” de “A precarização tem Rosto de Mulher”, indicando que:

Do ponto de vista dos trabalhadores terceirizados, as conseqüências dessa situação vão muito além da mera precarização das garantias do trabalho, significando mesmo uma forma de precarização da sua própria condição humana, vez que são desalojados do contexto da unidade em que prestam serviços. Os “terceirizados”, assim, tornam-se objetos de contratos e, do ponto de vista da realidade, transformam-se em seres invisíveis. E isso não é mera figura retórica, pois a maior forma de alguém ver reduzida a sua condição de cidadão é lhe retirar a possibilidade concreta de lutar pelo seu direito e é isso, exatamente, o que faz a terceirização. (MAIOR, 2013, p.13)

Como indica Souto Maior o trabalhador terceirizado fica “preso” há um determinado tempo de contrato de prestação de serviço, ao fim do contrato, são “desalojados”. O trabalhador fica a mercê de contratos temporários, que acabam dando brecha para que as empresas criem, entre os trabalhadores, a noção de que pelo trabalho ser temporário não lhes cabe direitos, considerando que a necessidade de contratar o trabalhador é vista como passageira e pontual.

Contudo, percebemos como delineia-se a noção de terceirização como precarização. Como indica a historiadora Assunção, militante fervorosa da causa feminista, a noção de precarização no seguinte sentido:

O conceito de precarização do trabalho diz respeito às diferentes formas de rebaixamento salarial, degradação das condições de trabalho, retirada de direitos trabalhistas historicamente conquistados e fragmentação da classe operária, atingido principalmente os setores mais oprimidos da sociedade, como as mulheres. (ASSUNÇÃO, 2013, p.28)

Apesar da década de 1990 ser caracterizada como o período das privatizações e das políticas neoliberais, principalmente durante governo FHC; percebe-se que apesar de os anos 2000 serem marcados por governos pretensamente ligados aos interesses das classes trabalhadoras, buscamos aqui perspectivas que incitam outras interpretações.

Os governos de Lula e Dilma não refrearam em sua plenitude as políticas neoliberais, impulsionando, assim, uma ampliação do processo de terceirização do trabalho e arrocho à sindicatos e trabalhadores que questionavam as políticas de governo. Como indica Assunção interpretando o contexto dos anos 2000, nos indica que:

No Brasil, os efeitos da crise começam a se expressar ainda de forma lenta, mas já anunciam o começo do fim de tantas ilusões no período de crescimento lulista. Os últimos anos foram marcados por um endurecimento do governo Dilma contra o movimento operário, como durante as greves do funcionalismo público e a criminalização à luta dos operários da construção civil, como em Jirau, e revelaram que as fortalezas econômicas construídas na última década no nosso país podem se transformar nas maiores debilidades diante da crise internacional. Estamos falando da dependência da exportação de commodities, tendência à desindustrialização de alguns setores, aumento dos postos de trabalho precário etc. (ASSUNÇÃO, 2013, p.27)

O contexto histórico de crise econômica como é indicado, inicia-se em 2008, mas sentido de diferentes formas em cada região do planeta. Interessante frisar que como de praxe nos últimos 30 anos a possibilidade de pensar em soluções e caminhos para além do projeto neoliberal é vislumbrando como resolução ilusória pela classe dominante. Sendo assim, a intensificação de políticas neoliberais como resposta a crise, e consequentemente como projeto para os anos de 2010, se clarificam de forma eminente. Em meio a isso, o processo de terceirização se explicita como um projeto inserido inflexivelmente para resolução de crises e contingenciamento do ímpeto reivindicatório da classe trabalhadora.

A consolidação da ideologia neoliberal enquanto hegemonia no contexto que vivenciamos atinge, assim, a Universidade Federal de Uberlândia, foco desta pesquisa, de diferentes formas. Entendendo que as universidades públicas no Brasil apesar de todas as contradições, ainda é espaço importante de debate e reflexões sobre mudanças e perspectivas que vão se formulando ao longo do tempo.

A UFU, como já frisado, também não está à parte dos conflitos e tensões que ocorrem na sociedade, por isso, impulsionar sua contextualização se faz necessário para compreendermos suas transformações ao longo das décadas. Já que diferentes noções de organização e dimensão dentro da universidade estão diretamente ligadas às premissas e tensões do mundo dos trabalhadores.

Apesar da hegemonia alcançada pelo neoliberalismo na década de 1990 (que se desdobrou em pressões e interesses explícitos dentro da universidade e, consequentemente, com direcionamento sobre o conhecimento que nesses espaços é produzido), há uma cobrança acerca de uma legitimação de perspectivas como meritocracia, produtivismo e eficiência; noções habituais da ideologia neoliberal.

Por uma sorte do destino, no decorrer do processo de pesquisa, tive a oportunidade, acarretada por minhas idas e vindas ao centro de Uberlândia, de encontrar um ex-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia. Embora houvesse constrangimento de minha parte, eu o abordei e o indaguei sobre como ele interpretava e percebia o processo de mudança dentro da universidade; e se ele poderia me expor como foi o processo de federalização e mudanças acarretadas nas relações de trabalho dentro da universidade.

A UFU foi “federalizada” em 1978 pelo presidente Geisel durante a ditadura militar. A Universidade “nasceu”, segundo ele (ex-Reitor), da federalização de três faculdades estaduais e cinco faculdades particulares. Essas, destacadas principalmente, pela escola de medicina, uma faculdade de direito e outra de engenharia. Apesar dos conflitos e interesses em disputa, segundo ele, graças à reivindicação da classe dominante (caracterizada, como sendo ruralistas, a prefeitura, e o empresariado) da cidade, conseguiu-se reivindicar a instalação de uma universidade federal em Uberlândia.

Com um tom calmo, sóbrio e de orgulho disse que o principal interesse das classes dominantes, em instalar uma universidade desse porte em Uberlândia, seria o de produzir mão-de-obra qualificada. Dessa forma, poder-se-ia trazer grandes multinacionais e as empresas locais poderiam usufruir do potencial que a universidade poderia dispor enquanto conhecimento produzido. Usando como exemplos emblemáticos para a época, a instalação do parque industrial da Souza Cruz e a expansão da empresa ALGAR Tecnologia.

Outro ponto interessante a ser frisado, é que apesar da federalização da universidade ocorrer em 1978, só foi a partir de 1981 que os alunos pararam de pagar mensalidades, mostrando assim os interesses, disputas e a quem a universidade deveria servir. Devemos pontuar que em meio à ditadura militar existia uma postura declarada contra a noção de serviço público; tanto que todos os seus funcionários durante a década de 1980 eram trabalhadores celetistas (CLT), o que só foi modificado após várias lutas e consolidado na constituição de 1988.

Todavia, a universidade não só funcionava com investimentos “ligados” a ela, já existindo mesmo anterior a ela, e atrelado após sua federalização, a FAEPU (fundação de assistência, estudo e pesquisa de Uberlândia), fundação privada de direito privado, controlada pela administração UFU - que organizava a antiga escola particular de medicina.

Importante explicitarmos essas relações, pois na década de 1980, a FAEPU, caracterizava-se como uma empresa terceirizada, que não só organizava “fundos” e verbas para o planejamento do Hospital Universitário, mas também contratava mão-de-obra para exercer funções em meio a instituição.

Em entrevista feita com o técnico administrativo Paulo Henrique Rodrigues, militante sindical; construindo narrativas sobre as políticas neoliberais e processo de terceirização dentro da UFU; podemos perceber a partir de suas interpretações, como vai delineando-se transformações e lutas, a partir de sua contextualização sobre as relações sociais construídas nesse espaço.

F: Como eu tinha falado pro senhor, eu trabalhando nessa questão da terceirização, queria que o senhor só me, para começar assim, o senhor falou que é militante, foi militante desde que entro na universidade, no processo de luta aí, queria que cê me contextualizasse um pouco como que foi o processo de implementação dessa terceirização, como que foi a postura, como que foi o ambiente nesse processo de terceirização, não sei se o senhor caracteriza a FAEPU como terceirizada, a terceirização a partir de 98 com o Fernando Henrique, aí eu queria que o senhor me falasse um pouco?

PH: Não, correto, nós tivemos aqui todo um processo que hoje colocando aí, a situação na universidade, cê tem que buscar algumas raízes inclusive pra entender qual foi a dinâmica, não é uma situação específica da Universidade Federal de Uberlândia, ela é uma política de Estado, não é? Isso começa lá em 1990, então quando a

Universidade Federal de Uberlândia tava já num processo de desenvolvimento intenso né, tivemos grandes ampliações aqui, esse campos não tinha 8 prédios né, quando começamos aqui na década de 80, a universidade tinha já vindo de um crescimento grande todo um processo de atuação dos políticos da região, porque a universidade ela era a essência né, então você vai identificar vários trabalhos aqui na própria UFU, em que você coloca Uberlândia antes da universidade e Uberlândia depois da universidade, então isso tem um impacto na sociedade, combina com o crescimento, a explosão que Uberlândia teve na década de 70 e 80 que foi um crescimento muito grande, o que trouxe uma migração intensa pra essa cidade então, o que trouxe uma migração intensa pra essa cidade então, aí a partir daí você já tem o que, na própria universidade quando os trabalhadores vem pra construí esses prédios todos, então você tinha uma mão-de-obra muito grande, construindo isso, essa mão-de-obra é incorporada pra dentro da universidade, que aí tinha um diferencial que a Universidade Federal de Uberlândia era uma fundação tava num processo ainda de federalização né, e quando você tem toda uma mão de obra que antes contratada principalmente pela FAEPU, que era uma fundação vinculada a faculdade de medicina né, que na constituição da universidade essa fundação vem pra dentro da universidade (RODRIGUES, 52anos, 2015)²

Percebe-se que esta visão de que há uma cidade de Uberlândia antes da federalização da universidade e outra cidade de Uberlândia após a federalização, também é interpretada por Paulo Henrique. Tendo assim um crescimento exponencial, e uma grande migração na busca de encontrar trabalho na cidade.

Nesse sentido, a prática de consolidar “fundações privadas” de direito privado como a FAEPU, já se constituía como prática comum em meio à ditadura militar na década de 1980. Tendo uma relação com os gestores que direcionam seus interesses e funções. Consoante ao que nos diz Paulo Henrique:

PH: ...e aí teve um papel muito importante da ASUFUB que era a associação dos servidores, e esse pessoal podia também participar como convidados especiais na associação, participar da atividade de lazer, então isso dava uma integração e também o outro aspecto que não gerou um impacto é que esse pessoal então sai da condição de terceirizado, porque a FAEPU é uma empresa terceirizada, apesar de ser uma fundação sobre controle da universidade, toda controlada pelos conselhos superiores, ela é uma empresa privada, ela é de direito privado, então é diferentemente de você ter aí em que pese instituições de direito privado, mas são instituições públicas, porque são vinculadas ao ministério ou então a administração central, a

² Entrevista com Paulo Henrique Rodrigues, técnico-administrativo da Universidade Federal de Uberlândia, Junho de 2015.

FAEPU era uma empresa privada, então são todos terceirizados, então nessa relação de trabalho, nesse código aí do diferencial você tem o que, eles são terceirizados, só que terceirizados por uma empresa que tem um vínculo e um domínio da própria universidade (RODRIGUES, 52anos, 2015)

Todavia, com o crescimento exponencial dos trabalhadores terceirizados da FAEPU, constrói-se aí uma relação entre trabalhadores terceirizados e os vinculados a UFU, principalmente através da “ASUFUB que era a associação dos servidores, e esse pessoal podia também participar como convidados especiais na associação, participar da atividade de lazer, então isso dava uma integração”. Possibilitando, assim, uma construção de solidariedade de classe, entre os diferentes setores.

No entanto, a partir de lutas desses trabalhadores e principalmente após a Constituição 1988, emprega-se uma legitimidade para que os trabalhadores sejam reconhecidos como servidores públicos Estatutariamente. Nesse sentido, em 1991 a partir de lutas tem-se a inserção de todo o quadro de trabalhadores da universidade e da FAEPU, reconhecidos pelo MEC enquanto servidores públicos. O que nota na narrativa de Paulo Henrique:

PH: o pessoal na nossa implementação da nossa carreira que foi um plano de cargo e salários de todas as universidades fundacionais no Brasil, então o MEC não tinha o controle da universidade, ele não sabia o quadro efetivo, daí quando o ministério da educação solicita a relação de pessoal das universidades, os Reitores dessas universidades fundacionais incluem no quadro de imediato, incluem no quadro todos os trabalhadores fundacionais, então esse pessoal incorporou o quadro e aí o MEC passa a ter o controle efetivo do quadro, dizendo então aqui o quantitativo de mão-de-obra na Universidade Federal de Uberlândia é esse, sem buscar saber a origem, então passa então a Universidade a trabalhar com esse quantitativo, e esse pessoal terceirizado da fundação ele vem para dentro da Universidade mas pra trabalhar num outro ambiente (RODRIGUES, 52anos, 2015)

Podemos a partir daí abrir algumas questões, como por exemplo, qual “outro ambiente” seria esse? Como esses trabalhadores anteriormente terceirizados enxergaram essas transformações? Os terceirizados das fundações podem ser caracterizados como tendo os mesmos embates e dificuldades dos terceirizados de empresas prestadoras de serviços? Quais são suas peculiaridades? Pois como frisa Paulo Henrique:

hoje o indivíduo vem pra esse ambiente aqui da Universidade mas ele não está incluído, porque a partir do momento que venceu um contrato a empresa se retira e ele também se retira desse espaço e ele começa a enfrentar em outro ambiente, quer dizer um novo processo de territorialização, os da fundação FAEPU a época não, eles vieram aqui para integrar o que nós chamamos de comunidade universitária(RODRIGUES, 52anos, 2015)

Podemos também indagar que, a terceirização não seria uma “desterritorialização” constante para esses trabalhadores terceirizados? Considerando que estão sendo deslegitimados a não criarem vínculo com seus locais de trabalho. Estão expostos a leis/normas que descaracterizam a possibilidade de permanência em algum local de trabalho. Por isso, é importante questionar, quais noções de resistência esses trabalhadores vão construindo em meio a esse deslocamento constante legitimado pelas terceirizações? Como afirma Assunção:

Quando uma empresa terceiriza algum serviço para outra, os trabalhadores terceirizados não são contemplados pelo acordo coletivo da categoria de onde estão trabalhando, existe um acordo específico feito entre a limpadora e os sindicatos dos terceirizados. As empresas terceirizadas seguem as diretrizes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pois o período de experiência é igual para todas as empresas (90 dias, com dois períodos de 45); mas utilizam permanentemente os 45 dias – primeiro período de experiência – para garantir rotatividade no emprego com menor custo, e também o mecanismo de assédio contra os trabalhadores para obrigá-los a uma jornada de trabalho extenuante, o que faz aumentar a concorrência entre os trabalhadores que, para “passar na experiência” aceitam fazer todo tipo de serviços e evitam se unir ou conversar entre si sobre os problemas e as péssimas condições de trabalho e salário. (RODRIGUES, 2013, p.59-60)

Sendo assim, quais seriam os significados e sentidos que ganham o termo comunidade universitária em meio a esses trabalhadores? Podemos caracterizar esses sujeitos como parte da comunidade universitária? Comunidade universitária se caracterizaria como contornos de uma elitização desse espaço? A quem a noção de comunidade universitária se refere e a quem ela serve?

PH: a universidade que tem o seu objetivo, a sua missão, e pra essa missão ela depende três seguimentos, o primeiro seguimento é o aluno, é o objeto de funcionamento da universidade, da missão da universidade é o aluno que ela vai produzir ciência, ensino,

aprendizagem então ela precisa ter esse indivíduo, ele é o objetivo, e para ele ter consequência dessa missão dela ela tem que trabalhar com dois tipos de profissionais que é o profissional docente que vai tratar diretamente com o aluno e pessoal técnico administrativo que quem vai dar suporte a toda essa atividade da docência, da pesquisa e nesse meio tempo, como não existe ensino puro do docente, o ensino também tem uma questão prática não é só os livros, você então estabelece uma relação um pouco mais débil, mas existe a relação entre o técnico administrativo e o aluno naquele ambiente do curso dele, então o técnico administrativo ele é parte do processo educacional, então quando você pensa a nível da organização do trabalho, a rotina de trabalho, os processos de produção na Universidade, você enxerga claramente o técnico administrativo naquela missão de educar, isso claro né, tem problemas com a academia, porque a academia arroga pra ela né como exclusivo, só ele consegue ensinar como se o ensino fosse a releitura de um livro ou uma fala na sala de aula, eles não conseguem ampliar por interesses é claro, corporativos, ampliar o conceito de educação, na visão deles, porque se não eles tem que admitir como é fundamental o trabalho do técnico administrativos aqui e na experiência que o aluno tem, porque ele veio pra cá, ele vai ter o seu aprendizado e o aprendizado dele extrapola as páginas do livro e ele começa a fazer o comparativo com a vida real na Universidade e a experiência que o aluno tem é qual, a relação de trabalho estabelecida naquele ambiente no curso que ele está convivendo. Então essa ideia do trabalhador técnico administrativo como profissional da educação, ela é combatida dentro da academia principalmente com os gestores, por isso as controversas todas que tem os enfrentamentos com os estabelecimentos das carreiras que nós conseguimos colocar aqui que traz um salário pequeno, mas traz aquilo que incomoda mais a gestão e a administração pública que é os direitos do técnico administrativo, quanto a gerenciamento, participação no processo como um todo, daí você tem uma parte desse processo, né (RODRIGUES, 52anos, 2015)

Visivelmente explicita-se certo incômodo por parte de Paulo Henrique ao caracterizar as relações de poder e de produção de conhecimento dentro da universidade. Assim, nota-se uma postura corporativista nas relações de trabalho dentro do referido espaço. Em qual ponto se inicia e termina a noção de ensino e aprendizagem dentro da universidade? “Então essa ideia do trabalhador técnico administrativo como profissional da educação, ela é combatida dentro da academia principalmente com os gestores”; nesse sentido, podemos também desdobrar essas relações e tensões aos trabalhadores terceirizados. Como algumas atividades são colocadas como essenciais ao funcionamento da universidade e outras caracterizadas como não tendo necessidade de vínculo enquanto trabalhadores efetivos? Nesse sentido, destacamos a seguinte fala de Paulo Henrique:

PH: a FAEPU era uma fundação privada de direito privado, você então estabelece uma nova organização aqui na Universidade, então nós passamos a ser servidores públicos federais, porém o nosso vínculo de trabalho, nossa relação de trabalho se dava na CLT, e é bom lembrar que isso foi antes da constituição, e a partir da constituição de 88, é que teve uma uniformização, e veio fazer aí a exigência de concurso público, então muita gente entrou sem concurso, era permitido absorver quadro, o MEC não sabia, o MEC mandava o dinheiro pra cá porque a folha de pagamento da Universidade era rodada aqui e chegava no final de ano, se sobrou dinheiro do orçamento, o conselho Universitário aprovava um bônus para os trabalhadores, entendeu, então tinha um bônus pros trabalhadores, porque sobrou dinheiro então dava um bônus, então este dinheiro ficava por aqui e tal, se tinha uma relação diferente, não houve impacto sobre os trabalhadores, negativo, sobre os trabalhadores da FAEPU, porque eles saíram de uma condição de insegurança pra uma condição de segurança e passaram a ser membros né, participantes do processo educacional, tá nesse fazer, o processo de terceirização então que acontece a posteriore nos termos clássico que vem do que temos hoje, vem desse esvaziamento do Estado, daí há um processo também no governo do Fernando Henrique Cardoso né, e aí que explica um processo aqui que as fundações elas existiam, então a FAEPU ela gerenciava todo um serviço, contratação da mão de obra de terceiros porque dispensariam a universidade das licitações, a administração do hospital, que desobrigam a universidade de um punhado de amarras, que é a lei 8666, que é a lei de licitações, vindo um decreto lei 200, obrigam a reitoria, ocorre que com o governo Fernando Henrique Cardoso, houve um processo também de implementação de um novo processo de universidade, de um novo sistema de universidade, conhecido na época como processo “geris” né, que aí você tinha toda uma estruturação da universidade, estruturação “cêntrica”, um padrão Americano né, nos Estados Unidos você vê até hoje como é que funciona as universidades, você não tem os institutos de pesquisa fazendo ali, as pesquisas são feitas nas empresas, é uma ou outra universidade que faz uma pesquisa lá, mas o financiamento é das empresas, e a pesquisa é direcionada pra empresa, daí então não é pesquisa pública, então assim mudava todo o conceito de universidade e de educação pública que a gente defendeu na década de 70 e 80, daí veio uma PEC, Proposta de Emenda Constitucional, PEC 360, e nós nas universidades, e aí envolveu toda a comunidade universitária, que aí os alunos também entraram nessa briga, foi uma briga intensa contra o projeto, contra essa PEC, conseguimos derrubar a PEC no congresso, uma movimentação nacional intensa, então como a universidade não atendeu mais aos interesses do Estado brasileiro, do governo, não do Estado, mas do governo Fernando Henrique, ele começa um processo de sangria das contas da universidade, então ele começa, ele limita o orçamento das universidades, diminui, aí sim tem cortes de orçamento, e aquele dinheiro que ele não mandou pras universidades ele implementa num novo processo de desenvolvimento educacional com financiamento e expansão das universidades na iniciativa privada, todo um processo de desoneração de folha, de impostos e tudo mais, e estabelece né como

regra geral que todas são filantrópicas, então aí você tem um crescimento vertiginoso da iniciativa privada na área da educação, financiado pelo governo do Fernando Henrique, bom com o sucateamento das universidades, as fundações então agora crescem na sua importância e em números também, começa a pipoca fundação pra todo lado, pra capta recursos, então FAEPU, FAU, FUNDAP, tudo né, todas essas fundações que nós temos hoje e outras que já existiram, em outras universidades também, começam a ter um papel de capta recursos, e começa a agregar de novo né o seu quadro de pessoal no ambiente nosso, só que esse pessoal novo na FAEPU, e que até hoje persiste essa relação, esse pessoal novo na FAEPU, não tem perspectiva de incorporar o quadro da universidade, portanto continuam sendo alheios ao processo aqui, eles são invisíveis né, eles não reconhecidos nesse processo, como também há os limitadores pra fundações, porque não tem recurso a todo momento, e aí o governo começa a mudar essa dinâmica (RODRIGUES, 52 anos, 2015)

É interessante perceber como Paulo Henrique vai contextualizando as mudanças envolvendo a universidade e explicitando o processo de implementação das políticas neoliberais. Tem-se o corte de verbas às instituições públicas pela não adesão a projetos de interesses privados, uma forte política de incentivo à criação de universidades privadas, um processo de corte de orçamento, fazendo com que a universidade tenha que recorrer às fundações enquanto processo de terceirização de mão-de-obra e orçamento. Ou seja, sair de um contexto no qual Paulo Henrique indica certa valorização desses servidores, com pagamento de “bônus”, a uma forte política de combate a noção de ensino e instituição pública. Como nos expõe:

PH: e hoje a gente consegue estabelecer alguma relação, algum contato, certa visibilidade, em alguns setores, ou seja, onde se você tem um trabalho continuado, que são na área de manutenção, na área de vigilância, na área de conservação e asseio, porque é um serviço continuado, em que os contratos vão sendo refeitos ou mudados de empresa, mas normalmente as empresas que assumem absorvem a mão-de-obra da empresa antiga, porque aquele terceirizado tá sendo mandado embora, ele continua aqui no mesmo ambiente, mas por outra empresa, na maior parte dos casos, então essa continuidade aqui né, dá uma certa visibilidade pra esse pessoal, mas todo o pessoal que tá em outro processo de trabalho, como foi com o REUNI, em que você tem construção de prédios, acabou a construção, acabou o serviço, esse pessoal é deslocado daqui, então como é que esse pessoal vê, e a gente tem feito debate com esse pessoal ao longo dos tempos todos ali, porque dava conflito, você tem uma relação de trabalho, que aí não é só o contrato ali se é Celetista ou estatutário, mas uma relação cotidiana no trabalho do fazer aqui, numa perspectiva de um ambiente público, então que quê é uma universidade, e o exemplo clássico nos nossos debates era o serviço da vigilância, então quando você pegava

um vigilante da universidade, a concepção do trabalho dele, é que ele era um vigilante no serviço público, pra trabalhar numa área pública, num ambiente público, portanto onde não tinha o dono e o acesso era irrestrito, e com as suas limitações num canto ou noutro pronto. A partir do momento com o processo de terceirização você traz pra cá o profissional que foi formado, portanto, ele tem uma concepção já interiorizada do que é a função dele, só que ele quando fez o curso dele de vigilante ele aprendeu que ele é o vigilante de um setor privado, onde um espaço tem dono, então quando ele sai duma fábrica e vem para a universidade, ele entra num outro mundo, ele não consegue se localiza, porque lá na fábrica ou na porta do banco, você só entra se ele deixar, porque a ordem do dono da fábrica é não vai entrar ninguém, e ele cumpre aquela ordem e a responsabilidade do dono, porque é um espaço privado, no espaço público como a universidade, não tem como ele seleciona quem entra quem num entra, o que faz, o que num faz, então esse novo mundo impacta sobre o terceirizado, ele não consegue compreender porque como a produção também é um detalhe da característica da universidade, nós temos uma produção imaterial né, porque cê da uma olhada, cê não tá vendo ali, a maior parte é isso, o conhecimento, ele não consegue compreender isso aqui como espaço que tá sendo produzido, na fábrica ele vê produzi um cachote, um cigarro, uma caixa, uma ferramenta.(RODRIGUES, 52anos, 2015)

Dessa forma Paulo Henrique delinea como noções vão sendo construídas e desconstruídas dentro do espaço de trabalho, ou seja, da universidade. Tendo como mote a inserção cada vez mais forte com o processo de terceirização, de privatização do espaço público. Mostrando as diferentes perspectivas dentro do processo de terceirização como é o caso dos trabalhadores das obras, no qual o trabalho que ele exerce acaba sendo mais “pontual” ainda do que o de outros trabalhadores terceirizados.

Considerando que o contrato dos “pedreiros” não é por um grande período de tempo, a sua função é a mais afetada no que tange ao vínculo com o espaço universitário. Após o término do serviço prestado à Universidade eles são automaticamente remanejados, o que faz com que a relação mais próxima que se consegue construir seja com os trabalhadores terceirizados da limpeza e vigilância etc, pois eles acabam ficando mais tempo vinculados ao espaço universitário.

Todavia, a construção da noção de estar em um espaço privado é legitimada constantemente pelas empresas terceirizadas. Reforçando o que foi dito acima: “ele aprendeu que ele é o vigilante de um setor privado, onde um espaço tem dono”, ou seja, as relações construídas, em uma fábrica ou mesmo em outra empresa privada, são logo assimilada no espaço da universidade pública. O assédio moral, seja com o vigilante ou

mesmo no caso das trabalhadoras da limpeza, tem como finalidade a legitimação de que elas não fazem parte do “espaço público” ou mesmo da instituição.

A perversidade nessas relações de dominação sobre as classes trabalhadoras vai constituindo outro paradigma, em um ambiente que se arroga de “todos”. Apesar de estarem prestando serviços em uma instituição pública, são pressionados a acreditarem, por uma postura de dominação, que são “externos” à universidade, levados, assim, a uma “invisibilidade social”. Consoante a isso:

PH: então veja bem, esse vigilante que ele vem nessa concepção, quando chega aqui, como ele é um Ser Humano e é capaz de raciocínio, e o Ser Humano é fruto do meio, então como ele foi moldado, pra praticamente Polícia, Polícia do patrimônio privado né, dá vontade privada, ele vem pra cá encontra um outro mundo, então ele tem um impacto, e aí na relação do dia-a-dia ele vai vê que existem outros mundos, que não era só o dele, e que aquele mundo não era um mundo estranho e horroroso, mas era um mundo diferente, e ele começa a investigar esse mundo, ele começa então a perceber que existe espaço público e tem que ser defendido como público, como é que na relação de trabalho ele é enxergado, bom, a administração da universidade vai dizer olha mais o aluno, o técnico, ou docente tava numa “zueira”, uma manifestação, e o vigilante não fez nada né, e aí ele não consegue se desliga totalmente do espaço privado pra entrar numa atmosfera de espaço público porque este espaço público é chamado de público, mas na verdade ele não é público, porque a partir do momento em que houver qualquer situação no estacionamento, ninguém se manifesta na universidade, a gestão da universidade não se manifesta junto a empresa, exceto se o que carro foi mexido lá for de um professor, se o carro é do professor, aí há um debate se a segurança tá funcionando ou não no conselho, porque que o vigilante não previu isso, porque que o vigilante não deu conta disso, e aí vai pra cima desse vigilante, numa ação certo muito mais contundente do que seria se fosse um vigilante da universidade, porque o vigilante da universidade tem a estabilidade, este outro vigilante não tem a estabilidade, e a empresa que quer faturar mais e garantir o contrato tem que atender quem vota o contrato e quem vota o contrato é o professor lá no conselho, então nota o conflito que ele vive, ele consegue enxergar e aí ele consegue compreender que este é um espaço público, portanto todos tem que estar transitando, e não pode ter os donos, mas ele não é totalmente público porque tem os donos, e você escuta né, e o aluno escuta, o técnico escuta, esse é o meu laboratório é o meu departamento, o meu funcionário, os meus alunos, então o pronome possessivo ele é imperativo aqui dentro desse ambiente da universidade, então esse pessoal ele vive uma agonia como os trabalhadores na obra certo, só que os trabalhadores na obra sabe mais ou menos quando vai ser o fim na agonia deles, porque eles tem noção do final do contrato porque tem noção do final da construção da obra, então acabou a obra daqui 90 dias, então nós vamos sair, então eu só tenho trabalho por 90 dias aqui, se não

arruma nada, esse outro vive uma angustia maior, e há um adoecimento no trabalho, e infelizmente não se tem registro porque a universidade que gera esse adoecimento se diz que não é responsável, que o responsável é o dono da empresa que contrato ele, então essa é uma das questões dessa relação de trabalho com esse pessoal, e esse pessoal não consegue se enxergar ali porque ele não vê apoio nenhum, então não se vê parte do processo, então se torna também mais invisível um pouco, mesmo a gente vendo a permanência deles aqui por um certo tempo e ao passo que ele toma uma consciência nova e tenta operar num novo ambiente pra ter a sua eficiência, que a eficiência dele vai depender dele entender em que ambiente ele está pra poder trabalhar, ele é visto de uma outra maneira, ele é visto pela gestão da universidade pelo administrador dele como esse cara já pego o costume de servidor público, já tá ficando lá mole no serviço, porque o que justificava a administração terceirizada era acaba com os maus costumes do servidor público, houve caracterização do servidor como o cara insolente, o cara que não trabalha, pra justifica porque infelizmente que não podemos contar com esse profissional no quadro. (RODRIGUES, 52anos, 2015)

Como expõe Paulo Henrique, o terceirizado “ele vem pra cá e encontra um outro mundo”, e é dentro dessas possibilidades que podemos caminhar para questionar; quais são esses “outros mundos” construídos pelos trabalhadores terceirizados? Pois a justificativa para se combater a noção de serviço público estava e está engendrada na perspectiva de colocar o servidor público enquanto “o cara insolente, o cara que não trabalha, pra justifica porque infelizmente que não podemos contar com esse profissional no quadro”. A contradição vai se perpetrando dentro das próprias noções que a universidade pública constrói e ao mesmo tempo combate, circunscrevendo certas noções de privilégios legitimando quem são os detentores do espaço público.

CAPÍTULO II

Trajetórias e vivências das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFU

Conhecer a vivência das trabalhadoras terceirizadas da UFU perpassa diretamente em dialogar com os modos de trabalho e de vida dessas trabalhadoras. A partir disso, e através de narrativas orais, podemos pontuar socialmente como essas relações vão se construindo. Tal como indicado na Apresentação, entrevistas foram realizadas com duas trabalhadoras da mesma empresa, a ARQ serviços. Sendo uma das empresas de maior “visibilidade” entre as terceirizadas. Dialogando com a trabalhadora Luzia, de 56 anos:

F: Então, é, eu queria que você começasse, só pro cê me conta um poquin, um pouco mesmo da sua vida, contasse da onde você veio, contasse um poquinho da sua vida.

L: Bom, eu já disse meu nome, minha data de nascimento, eu sou daqui, sou mineira mesmo daqui de Uberlândia (...) e (...), casei aqui, sou mãe de 5 filhos, mas 4 né, porque infelizmente um Deus levou, mas a vida continua...

F: Num é fácil

L: eu sou uma pessoa que minha rotina é trabalhar né, volta pra casa no final do dia cansada (...) e é isso. (LUZIA, 56anos, 2015)

Com cerca de 6 anos no trabalho terceirizado de limpeza da UFU, ela nos indica como se mensuram seus horários no trabalho:

F: Porque igual cê falou, seu horário é da meio-dia às nove, meio-dia às nove, aí todas as trabalhadora trabalha nove horas?

L: Todas!

F: Aí é uma hora de almoço?

L: Isso, aí diz que, aí que eu acho estranho, diz que a hora do almoço num conta, conta sim uai.

F: É deveria conta dentro da hora de descanso.

L: É uai, diz que não, num conta (*bocejo*). A hora do almoço num conta, é por isso que trabalha nove horas, porque aí tirando a hora do almoço né, dá oito (...)

F: (risos) Porque fica, fica, o, de segunda a sexta, ou de segunda a sábado, como que é os dias assim, só pra?

L: Segunda a sábado.

F: Segunda a sábado todos os dias nove horas?

L: Nós trabalha só quatro hora no sábado.

F: É nove hora durante a semana, por dia e quatro hora no sábado, no domingo não?

L: Nós pega no domin..., no sabado as seis hora, das seis da manhã até as dez.

F: seis da manhã até as dez.

L: Primero quando eu entrei na firma, era das seis até duas e vinte da tarde, nós trabalhava como se tivesse no meio da semana, sabe, o memo serviço.(LUZIA, 56anos, 2015)³

Diante disso, percebemos como Luzia questiona a noção de colocar o horário de almoço enquanto horário “desperdiçado”, ou não contabilizado como hora de trabalho. Somando todas as horas trabalhadas semanalmente, tem-se um total de 49 horas trabalhadas. Ou seja, percebe-se que o trabalhador tem que se dispor 5 horas a mais semanalmente para cumprir sua jornada de trabalho. O que ultrapassa até mesmo a jornada dos trabalhadores “fixos”, ou diretamente contratados por uma “empresa-mãe”, a qual se delimita em 44 horas semanais a jornada de trabalho. Demonstrando assim, a fragilidade em que se encontram os trabalhadores terceirizados, tendo que se dispor por um período muito maior de exploração para a garantia dos seus salários.

Todavia, é interessante perceber como Luzia, por ter mais “tempo de casa”, traz-nos em meio a suas narrativas uma postura de luta, de resistência, ao que está posto como organização do trabalho. Mostra-se, assim, a perspectiva de uma trabalhadora que se encontra há 6 anos no serviço terceirizado de limpeza da UFU. Busquei a partir dessas informações, construir um diálogo com outra trabalhadora que estava começando no trabalho terceirizado da limpeza há pouco tempo. Trata-se de Elenice, 54 anos:

F: Então Elenice, a entrevista que eu queria fazer com você, é sabe um poquim da sua vida, um poquim do seu trabalho, um poquim do seu dia-a-dia no trabalho. Eu queria que você contasse um poquim da sua vida, como você chegou até o trabalho terceirizado, o que você fazia antes? Você é de Uberlândia? Um pouco da sua vida como um todo?

³ Entrevista com Luzia, trabalhadora terceirizada de limpeza da Universidade Federal de Uberlândia, Junho de 2015.

E: ta, eu vó tenta resumi, ho, eu nasci em Uberlândia, é, eu, eu estudei, meu pai mais minha mãe sempre fazia assim, questão da gente estuda, e assim, criaram a gente muito bem criado, assim, a gente era pobre mais num faltava nada e estudei eu fiz faculdade, eu fiz Educação física, com 19 anos entrei na Educação Física, me formei com 23 pra 24. Porque eu atrasei 2 anos, porque eu repeti matéria, porque eu era meio mole (risos), na faculdade, aí eu repeti, aí formei no meio de 85 (1985) na UFU, na Educação física. (ELENICE, 54anos, 2015)⁴

Trabalhadora que ingressou na empresa há cerca de 4 meses, podendo assim nos expor quais noções são repassadas e assimiladas por essas trabalhadoras, sendo assim pergunto:

F: Já entrando nessa questão que você falo do trabalho aqui, aquele dia você já tinha me falado o dia-a-dia, eu queria que você falasse outra vez assim, o processo do dia-a-dia do trabalho assim cotidiano?

E: há, falo, falo. Eu, é, aí eles me contrataram, eu trabalho do meio dia as nove, é aqui, eu trabalho no Bloco G, eu cuido de trinta e quatro salas, trinta escritórios e quatro salas de aula, é, eu sô sozinha, do meio dia as nove eu trabalho sozinha e dois banheiros, eu lavo dois banheiros todos os dias, então o sistema é esse, eu tenho que lava cada escritório uma vez por semana, as salas também uma vez por semana lava, e os banheiros eu lavo todos os dias, então, é, mas eu gosto de trabalha sozinha, prefiro trabalha sozinha, e eu gosto desse horário do meio dia as nove, porque de manhã eu faço todas as minhas atividades que eu tenho que fazer, eu levanto muito cedo, vó a missa, igual eu te falei, eu sô muito católica e a religião católica me satisfaz e me realiza como, na minha parte espiritual e eu acho que tem tudo a vê, é, pra min o catolicismo, eu me identifico com o catolicismo, respeito as pessoas que não são católicas, mas eu gosto de ser católica (ELENICE, 54anos, 2015)

Elenice explicando seu horário e cotidiano de trabalho, indica de forma metódica quantas salas, banheiros, escritórios e etc. tem que lavar e limpar, também introduz a questão das suas práticas religiosas, legitimando durante toda a entrevista que é uma pessoa “muito católica”. Contudo, por ser uma trabalhadora que acabou de ingressar, tenta não desqualificar as condições de trabalho e horário que são apresentadas a ela. Sendo assim, expõe as dificuldades, apesar de afirmar categoricamente que gosta de trabalhar sozinha, explicitando a cobrança incessante de trabalho que é exigida aos trabalhadores terceirizados.

⁴ Entrevista com Elenice trabalhadora terceirizada da Limpeza da Universidade Federal de Uberlândia, Julho de 2015.

Compreendendo o contexto no qual se deu essa entrevista, percebemos as dificuldades a que são levados esses trabalhadores. Eu, após uma pequena conversa com Elenice, a convenci de me conceder uma entrevista. No entanto, marcamos a entrevista para o final do expediente do trabalho (uma semana após a nossa primeira conversa), ou seja, após as 21 horas. Conversei com ela e decidimos realizar a entrevista após ela bater o ponto. Ponto esse que ficava cerca de 200 metros do bloco no qual ela estava trabalhando. Elenice, demonstrou ter uma postura humilde e um olhar cansado. Mas, contudo, pareceu-me uma pessoa muito disposta. Quando ao término de seu horário, vislumbrei Elenice subindo a rua em direção ao bloco onde iria bater o ponto. Visivelmente ela estava exalta, mancando e com passos lentos. Mesmo nessas condições, após eu insistir com ela para marcarmos em outro dia a entrevista, ela insistiu dizendo que queria ajudar, e que concederia a entrevista.

F: Explica um poquim seu dia-a-dia assim, nessas nove horas assim, o que você faz, quando cê tá no trabalho assim, é, ali no bloco cê trabalha né

E: é no bloco

F: Aí comé que cê faz o horário de almoço?

E: Hoje por exemplo, hoje por exemplo eu lavei qué vê (...), uma, duas, três, quatro, cinco, seis, seis salas hoje, seis, seis escritórios hoje e os dois banheiros, hoje eu lavei né, e eu tive uma hora de intervalo, hoje eu tirei meu intervalo das quatro as cinco, nesse horário de intervalo eu trago minha comida e comu, eu almoço em casa, eu trago um lanche, trago uma comida, um negócio qualquer e comu nesse intervalo que eu fico, das quatro as cinco.

F: Aí cê come, você almoça na onde?

E: eu, eu almoço em casa (...)

F: A janta que você, aí cê janta, janta aqui na onde?

E: eu janto lá no dentro do depósito, porque a gente tem um depósito lá no (bloco), tem uma salinha, que é um depósito, aí eu janto lá, eu (ELENICE, 54anos, 2015)

A partir da fala de Elenice é importante indicar que essa postura de jantar “dentro do depósito, porque a gente tem um depósito lá no (bloco), tem uma salinha, que é um depósito, aí eu janto lá, eu”. Essa “salinha” tem uma conotação importante no dia-a-dia dessas trabalhadoras. Pois, como afirmou em outros momentos (em conversas informais) a trabalhadora Luzia, existe uma norma imposta pelas encarregadas para não

permitir que as trabalhadoras fiquem circulando para além do bloco onde trabalha. Assim muitas trabalhadoras ficam “escondidas”, nessas salas estreitas, nas quais ficam os produtos de limpeza e materiais. Isso, em uma postura para poder controlar melhor as trabalhadoras.

F: Assim, entrando nessa discussão, tipo modo de trabalho, condição de trabalho, é, teve um dia que a gente se encontro lá, e cê até comento. Que eu fiquei até meio assim, é, abismado, é, com essa questão do trabalho no sentido de (...) por exemplo, é, na hora do almoço, ou na hora de quere compra um lanche, ou na hora de (...)?

L: é.

F: Como que (...) existe tipo um certo controle?

L: Agora que tão querendo pô esse controle, porque não tinha, ele não existia, então agora renovo o contrato, porque nós fico cinco ano aqui, então nós trabalho esses cinco ano, aí tipo dá fome eu pego um dinheiro ou um cartão, vó lá e compro, nunca teve ninguém pra min impedi, nem eu nem ninguém, colega nenhum, agora depois que renovo o contrato aí veio com essa paçada...

F: Dessa última vez você fala...

L: Dessa última vez agora, aí que não pode, o almoço por exemplo ali é só eu e a Fernanda, aí ela vai almoça onze hora, aí eu fico, aí eu espero ela almoça, volta (risos), depois meio dia eu vó, ou meio dia ou uma hora, a hora que ela volta é isso memo, mas o certo é meio dia, que ela tinha que volta. Olhei aquilo assim, fiquei só parada escutando, é muito tarde pra esses povo coloca essas ideia (risos). Aí, bom, se eu quero, dá a hora de eu, três, quatro hora da tarde, dá fome, eu num posso saí na rua pra compra nada, eu num posso. Se eu quise eu tenho que me vira aqui dentro, sabe. Não posso sai se não eu ganho uma advertência. Aí eu num posso í na rua, se eu quise fuma eu tenho que espera a hora da janta, por que no meu caso que eu pego meio dia eu janto né. Eu tenho que espera a hora da janta, eu num posso senta nos lugar pra min fuma de jeito nenhum, posso não, porque aqui na UFU tem muitos fiscais, os fiscais avaliam a gente (*usa de sarcasmo*). É o que eu falei pra você aquele dia, elas baseiam, elas qué assim, facilita as coisa, mas facilita que seja bom pra elas. Os fiscais da UFU tão avaliando a gente, e através da gente, elas são avaliadas, e pode dá problema pra elas, qué dize, elas estão, essa proibição todinha veio delas, porque fica fácil pra elas fica de boa.

F: Quem que seria esses fiscais assim, que tipo de fiscais?

L: É o pessoal que tá quais pra aposenta, é a Leninha, a, a, como é que ela chama, a Alice, aí a, a Dora, a Glória...

F: há, são servidoras da Limpeza?

L: É. Eram servidoras da limpeza...

F: Elas eram concursadas, e fico como chefia...

L: Isso, é. Agora elas vem com essa conversa. Mas isso, elas qué assim, que a gente evita de dá problema, porque elas não qué problemas pra elas resolve, elas não qué. Pergunta se alguma delas conhece o Fernando ali dentro daquele bloco (*apontou para o bloco I*), nenhuma das num sabe, num sabe. Pergunta se elas sabe quem que é o diretor do, daquele bloco ali, o G, elas num sabe. (LUZIA, 56anos, 2015)

Numa postura de resistência, Luzia vai se contrapondo a algumas imposições trazidas pelas encarregadas, encaradas por ela, e por grande parte das trabalhadoras, como grandes “carrascas”, que a todo momento impõem controle e disciplina às trabalhadoras. Nota-se que Luzia tem 6 anos de empresa, conhecendo seus ditames e até tentando desconstruir mitos, que legitimam a submissão das trabalhadoras terceirizadas.

Trazendo uma outra visão de quem está entrando e percebendo a organização do trabalho de outra forma, Elenice apresenta outra percepção. Entendendo que a trajetória de vida de Elenice foi diferente de Luzia, pois teve possibilidade de cursar cursos superiores, até mesmo sendo formada em Educação Física pela UFU em 1985. Sendo assim, traz uma visão de uma pessoa que já participou anteriormente do espaço da Universidade, mas na condição de aluna. Procuro assim, questionar a Elenice, sobre o processo de entrada na ARQ e noções sobre postura e fiscalização. Colocando que:

F: Você falando isso, eu lembrei daquele dia que a gente converso, que você falo assim da questão assim, porque ela te treino e tudo, a questão do, do, porque assim, você vivencio a universidade como aluna e hoje tá como trabalhadora dentro da universidade e tal...

E: como trabalhadora braçal é...

F: E assim, é, você tinha falado da questão do, dos fiscais, de como é por exemplo, aí eu queria que você falasse um poquim, sobre essa questão de como que é, a questão do, do, da (...) de certa forma da fiscalização, senhor, quer dizer que a senhora tinha falado?

E: É que, assim, o que me passaram é que tem fiscal que fica é (...), mais tem mesmo! Aí depois que fui conhece, há, há, elas tinham comentado e eu num conhecia fiscal ainda, aí depois que aconteceu isso, a fiscal é (...), uma, uma senhora que chama Laura, ela fiscaliza nosso serviço lá no bloco G a tarde ela vem todo dia e, e assim, tem vários fiscais que a gente não conhece, mais tem também...

F: Mas eles seriam quem tipo?

E: E tem aluno também! Que é fiscal, tem eu num sei se eles fazem parte do D.A (diretório acadêmico) alguma coisa assim, tem, mas a gente num sabe quem que tá fiscalizando a gente...

F: Porque o, a relação com os professores, com os técnicos administrativos e com os alunos é?

E: E toda, todo pessoal que trabalha na UFU, dum jeito o do outro eles fiscalizam nosso serviço, então, e eles podem, se eles, eles num gosta de qualquer coisa eles podem, eles tem, ligam ou sei lá, num sei se passo email, ou ligam, vem aqui registram, tipo reclamação contra a gente né, entendeu.

F: entendi, porque a questão é, porque tem as encarregadas, aí, tem, desde que você entro tem esse processo de, de, igual você falo da fiscalização do, do, pra te o controle, porque tem a encarregada, e tem, aí a relação com os alunos, com os professores e os técnicos seria, igual você falo no sentido de fiscalização?

E: Num são todos os alunos, tem, acho que tem uma específico entendeu, agora, qualquer aluno pode reclama da gente né.

F: Assim, mas é, nesse sentido assim, cê acha, tem um pessoal que?

E: Tem, tem, tem as pessoas que são mais assim, é designada pra aquilo entendeu, agora, tem os fiscais já, e tem também a, a, pessoal por exemplo da secretaria, eu notei que tinha uma mulher lá, que ela fica mais em cima da gente, ela fica observando mais quem que fica lá na, tem gente, tem gente que fica lá dentro daquele, por exemplo, essas menina ficava ali dentro muito tempo, depois do almoço entendeu, a gente tem 1 hora, depois de uma hora a gente num pode fica ali dentro né, então agora (ELENICE, 54anos, 2015)

Dessa forma, a todo o momento, essas trabalhadoras são pressionadas a assimilar uma postura de medo e resignação no trabalho, já que todos a sua volta tornam-se fiscais de seu trabalho, seja, aluno, técnico ou professor. Sendo assim, a noção sobre “fiscais”, principalmente, construída pelas encarregadas, traz consigo a perspectiva de trabalho incessante, pois não existe a possibilidade dessas trabalhadoras “pararem” ou protelarem as suas atividades. Com a rotatividade grande de trabalhadores, a empresa e as encarregadas, vão tentando legitimar que não existe brecha para descanso, ou seja, o trabalho não deve ter “fim”.

Entrando na discussão sobre as possibilidades de uso da “salinha” no qual as trabalhadoras terceirizadas usufruem, Elenice nos indica com mais clareza, a postura de medo diante dos tais fiscais:

F: Cê fala na salinha?

V: Na salinha lá entendeu, a gente tem que ta movimentando, vendo o que tá faltando, mesmo cê tive terminado seu serviço, o meu eu não consigo, porque ho, eu tenho 34, então eu dividi assim de 6, tem dia que eu tenho que faze 7 (...) salas né, porque 34 dividido por 5, faz as

conta pô cê vê, é ... 6 e 7, hoje por exemplo eu fiz 6, amanhã eu vó te que faze , entendeu.

F: hum, entendi.

V: E, e os banheiro eu lavo todo dia, e, e eu só injuada num sei faze serviço assim meia boca, eu só chata, eu, eu comigo mesma sabe, tem jeito de você trem muito rápido ali, cê pega joga água no chão rapa e “bluf, bluf”, num passa num um pano na mesa, passa assim no meio assim pronto, eu não, eu levanto os negócio tudo do povo, passo o pano, tem mesa que é branca, tem mesa que é cinza que pedi uma bucha, eu passo a bucha com sabão, depois eu passo o pano, cá bucha com sabão, as carteira de sala de aula, todas eu passo bucha com sabão, me falarão, ela me falo que tudo que tá ao nosso nível a gente tem que tira a puera, então eu tiro as coisa das puera das janela tudo, eu tento faze o que eu posso entendeu, eu, eu num gosto, eu odei, tem uma coisa ‘nimim’, é por causa, igual tô te falando, educação, a idade né, eu num gosto dá motivo pros otro chama atenção, entendeu, então por isso que eu demoro mais, eu demoro 30 minutos, pra limpa um, um, 30, 40 minutos pra limpa um escritório.(ELENICE, 54anos, 2015)

Percebendo as contradições e situando a partir da fala de Luzia, percebe-se que essas relações e posturas não estão “cristalizadas”, mas encontram-se em disputa, pois diferentemente de Elenice que entrou a pouco tempo no trabalho, Luzia nos indica que:

F: você falando sobre essa questão de (...) vai terminando assim por exemplo, por sala ou por bloco assim, mas há (...) vamo dize assim, existe um seguimento, um planejamento do trabalho do dia-a-dia, ou as vez vocês podem é, no momento do trabalho acabo aquele serviço, vocês podem fica tranqüilas ou existe uma cobrança?

L: Não, acabo aí já num tem mais nada pra faze não, porque de primero tinha assim (...) se eu terminasse meu serviço eu tinha que ir lá na encarregada fala que eu tinha acabado meu serviço e aí ia mostra pra onde que eu ia, trabalha até a hora que eu ia embora, eu não podia fica parada. Aí depois aí, com o tempo isso acabo, num sei nem quem foi, se foi assim alguém que falo pra para com isso sabe, só sei que acabaram com isso, nunca teve isso não. Por exemplo, eu tenho sala ali pra min faze, eu chego meio dia, aí as que tivé pra min faze, e num tem ninguém dentro, eu vó lá e limpo, uma hora dessas num tem mais nada pra min faze, aí eu sento, eu fico tranqüila.

F: Existia uma cobrança anteriormente?

L: tinha, existia.

F: essa perseguição, tipo assim.

L: Aí depois acabo. Aí quietaram com isso. (LUZIA, 56anos, 2015)

Noções diferentes vão se construindo. O processo incessante de rotatividade de trabalhadores e a insistente cobrança fazem com que sempre se legitime uma postura

submissa e incansável. Em conversas para além da entrevista, Luzia também apontou essa perspectiva construída pelas encarregadas. Dizendo que as encarregadas avisaram a todas que teriam pessoas do alto escalão da empresa que estariam à espreita entre os blocos e corredores tirando fotos das trabalhadoras, para se informarem sobre o que elas estariam fazendo durante o trabalho. Luzia ironiza, em nossa conversa, as pressões, dizendo que se estiverem tirando fotos das trabalhadoras, que as envie as fotos em que ela aparece, pois iria ter prazer em montar um álbum dela em sua casa.

Todavia, temos que notar como o processo de terceirização organiza outras relações de trabalho no serviço público, legitimando uma postura de privilégio e hierarquia em meio aos modos de trabalho. Paulo Henrique Rodrigues, sindicalista, notando e interpretando essas transformações nos indica que:

PH: Então o cara também consegue identifica que isso aqui não é público, isso aqui é privado, porque tem esses interesses e como é privado e esse sentimento o cara fala quando o professor dizia lá é o meu funcionário né, é o meu isso, meu aquilo, isso tem mais ênfase porque é mais frequente na relação com, do professor com os técnicos com os alunos e com os terceirizados, mas você também estabelece ali, identifica melhor dizendo, uma relação de mesmo interesse de mando, com o mesmo perfil, quando eu tenho um técnico administrativo, lá no departamento e ele se vê como autoridade sobre o terceirizado que tá na limpeza e não estou dizendo do secretário e outro ser servente de limpeza não, eu to dizendo isso porque ele não tinha essa relação se o servente de limpeza fosse da Universidade, então o que diferencia e porque que agora ele tem essa relação, é porque é o servidor da Universidade, é o servidor da instituição, portanto eu sou da UFU e você não é, você veio aqui prestar um serviço pra UFU, como eu sou a UFU você está prestando um serviço pra mim, notou como é que muda o foco, e aí o secretário, o cara do laboratório, técnico do laboratório, o engenheiro, o profissional da Universidade que está naquele ambiente, ele olha pro indivíduo e diz olha, vai fazer isso, aquilo, eu to precisando, ele começa a dar ordens, ele começa dar ordem, ele estabelece uma nova relação de trabalho ali dentro, porque pelo, aos olhos da lei eu não posso dar a ordem para o indivíduo, eu não posso gerenciar aquele indivíduo eu tenho que dirigir ao preposto da empresa e o preposto da empresa que tem que ir lá, ver com indivíduo se ele tem tá trabalhando direito ou não (RODRIGUES, 52anos, 2015)

Construindo, assim, uma postura de “interesse de mando”, no qual o terceirizado é externo às relações sociais e de trabalho dentro da universidade. A comunidade universitária está circunscrita entre alguns privilegiados. Esses são os merecedores do

espaço, ou seja, a noção de meritocracia se legitima como irrefutável em tais ambiências. Percebemos por tais veios, o processo de terceirização como um legitimador das noções neoliberais.

Nas entrelinhas da fala de Luzia, percebemos como o espaço vai se construindo como algo externo a esses trabalhadores. Sobre o qual Luzia historiciza sua trajetória, ao narrar que, antes de entrar no serviço terceirizado de limpeza da UFU, trabalhou em uma empresa de reciclagem de plástico. Apontando assim, dimensões de sua experiência quando adentrou ao trabalho terceirizado da limpeza.

F: de reciclagem, aí você veio, mandando currículo através da sua colega, mas assim, qual que, seu sentimento quando você entro aqui na Universidade assim, pra trabalha assim, qual que foi, como você se sentiu, o que você acho do (...), como trabalhadora assim terceirizada ou, qual foi seu sentimento quando você chego aqui?

L: há, cê fala assim, no ambiente?

F: é no trabalho.

L: há, eu fui (...) ambientano no, no terreno assim aos poco né, porque o primeiro prédio que eu trabalhei foi ali no E (*bloco E, campus santa Mônica*), o primero (...) então assim, ninguém explicava pra gente como que queria o serviço, como era pra fazer, só falava assim, você vai ficar ali, e num falava nada (...) aí foi eu mais duas colega, todo mundo (...), a gente sabia que tinha muito serviço pra fazer, mais num sabia como começa, porque cada sala uma pessoa diferente, então cada um tem um jeito de querer as coisa, aí eu falei pras colega, e agora como que nós faz, eu falei já resolvi o problema, vamo pergunta pra es como é que eles querem que a gente faz o serviço, só isso (...) aí chegava um e falava não, cê faz assim, assim, e outro cê faz assim, assim e pronto, rapidin. E hoje qualquer lugar que eu entra aqui eu sei o que tem pra fazer e cumé que faz. (LUZIA, 56anos, 2015)

Em meio às contradições, vamos pontuando como as trabalhadoras encontram formas de sobreviver em um trabalho sem garantias e sem aparato para execução das tarefas. Ao mesmo tempo, através da fala de Luzia, notamos a falta de apoio por parte da empresa. Percebemos também como os próprios trabalhadores vão transformando os seus modos de trabalho. Buscando formas de superar a configuração da precarização e a falta de apoio na execução do trabalho. As relações sociais não são homogêneas, muito menos suas interpretações, assim, Luzia, ao ser indagada sobre sua visão sobre os professores, técnicos e alunos, nos indica outro caminho:

F: Mas há, mas   (...) entrando assim mais na discussão, vamo dize assim, de, porque, você já tem alguns anos já de Universidade, trabalhadora aqui dentro, não (...)   concursada, mas   uma trabalhadora que tá aqui, então assim, se ambiente nessa noção de comunidade universitária n . Aí eu queria sabe um pouco, como que você v  a relação por exemplo, igual você já t  aqui a muitos ano sabe, sabe das dificuldade, então assim, no sentido assim de, relação mesmo com os alunos, com os professores, com os técnicos assim, que qu  c  (...) seu sentimento assim, com os colega, como os colega v em, todo esse processo acontece. Como   essa relação, que qu  c  acha assim?

L: Boa, é muito boa (risos)! Chega até a ser melhor que com minhas colega da firma que a gente trabalha.

F:  ?

L: É! Sabe, é muito bom, todo mundo me respeita, sabe, ninguém nunca, se qu  uma coisa de um jeito, chega conversa, pede, rapidim v  l  faço, é bom.

F: H , então o conflito acaba, tipo assim, quando tem um desgaste no trabalho, acaba ficando mais interno entre as própria trabalhadora, do que uma cobrança c  acha?

L: É, porque aí, parece que, um num tem paciência com a outra, sabe, eu já trabalhei com pessoa, qu  já tinha rodado a turma todinha, os bloco tudo, aí falo, a encarregada chego pra min falo, a “fulana” vai fica com a senhora porque num tem mais lugar pra p  ela, ninguém suporta, falei então d a vim.

F: Num suportava por que assim, por que qu  não?

L: porque as outra achava assim que a pessoa   chata, porque ficava perguntando, isso aqui é feito assim? E depois que eu termina isso aqui, que qu  eu v  f ze? Ela ficava assim porque ela era novata, sabe. Aí eu falei, então p  d a, a Fernanda tava de férias, então manda ela pra c . Ela veio aqui, fica comigo, n is trabaio aqui até a Fernanda volta das f ria. Aí chego a lavação a Fernanda falo que eu ia trabalha nas lavação, ela foi junto, ela ficava sempre junto comigo, isso já tem muito tempo, isso tem o que, uns três ano que ela tá na firma, acabo aquela pa cada de enjuamento, de fala que ela era chata. Num é que ela era chata, é porque ela era uma pessoa que ela nunca trabaio fora, (...) sabe. Então ela achava que, assim, que era tudo muito difícil, que ela num ia d  conta, então ela tinha, fica perguntando, pra ela p de consegui f ze aquele serviço, pra num deixa uma reclamação, sabe. É porque nunca tinha trabalhado fora (...). Aí ela veio, a gente trabaio junto, ela aprendeu a trabaia na lavação, sabe. Acabo aquele negócio de fica perguntando, ela aprendeu, ela falava, um dia ela falo pra min, eu tenho medo, as vez eu ia limpa uma sala, eu ficava com medo do dono da sala num gosta. Eu não, eu falei, pensa na sua casa, quando você tá trabaiano na sua casa, que qu  c  faz, você num tira a puera dos mov is, você num limpa, as janela assim tudo (...) pra fica bem limpim, falo, faço, então mesma coisa é aqui, é a mesma coisa, falei quando termina aí c , lembra de uma outra coisa que precisa s  feita que você tá disponível vai lá e faz, e por aí vai. H  é assim, falei  . Pronto (LUZIA, 56anos, 2015)

Apesar do “desconcerto” com a resposta delineamos outros paradigmas, pois como se percebe, a falta de apoio, seja em um sindicato ou qualquer outro aparato, faz com que o conflito e a disputa entre as próprias trabalhadoras sejam grandes. Luzia, em outros momentos já tinha apontado, nesse sentido, que as trabalhadoras, como forma de autoproteção, acham meios, por vezes, desleais com as próprias companheiras, para se legitimarem no trabalho. Elas vão encontrando formas de se manter no trabalho ou mesmo alçar cargos como o de encarregada; para tanto, acabam lançando mão de recursos “desleais” como: reportar as encarregadas quando alguma delas se encontra em lugar considerado indevido; ou, desqualificar o trabalho da sua companheira. Causando tensões que as impedem de se reconhecerem nas mesmas condições.

F: E, assim, aí como que você falo que trabalha sozinha no bloco todos os dias, assim, relação de amizade as vezes, coleguismo com outras(...)?

E: Há não! Porque as meninas da parte da manha elas entram 6 horas e sai as 3, às 15 horas, então quando eu chego eu encontro com elas, a gente conversa, tudo, enquanto eu vó arrumando minhas coisas pra sai pra lava as salas, enquanto arrumano os produto, pondo balde essas coisa, a gente conversa tudo, por exemplo, na hora do almoço, essa sexta-fera eu almoço com elas ali fora, ali naquelas mesinhas, a gente reúne o pessoal ali dos blocos ali, almoça ali, porque aí sexta-fera eu almoço aqui, aí eu trago comida de casa, aí ao meio dia, lá pela onze e meia, meio dia, as meninas do otro bloco, porque a gente num pode almoça tudo no mesmo bloco, no mesmo horário, então as menina, quando eu chego as meninas que entraram as 6 as vez já até almoçaram, as outra duas, aí eu, eu vó almoça com as otra menina do otro bloco, dos outro bloco. Não, eu converso com todas, minha relação é assim, normal, agora teve uma menina que quando eu entrei aqui, eu num sei porque a menina não foi com minha cara tadinha, eu num sei porque, começaram a me elogia lá no bloco, fala do meu serviço e ela num gosto porque ela já tem mais tempo de casa, eu num sei que que é, sei que a menina ela me, ela me, comé que fala, ela, ela só conversava comigo com “arranço”, sabe, e resolveu fala que ela era minha chefe, que eu, e ela pegava, por exemplo, todo mês aqui na ARQ, a gente recebe um pano de chão e uma flanela sabe, ela num me dava meu pano de chão e minha flanela e eu vi esses pano guardado dentro de uma gavetinha que tem lá no depósito e eu perguntava o que quê é aquilo ali, porque que aqueles pano tava guardado, e ela falava assim, há há encarregada já tinha me falado que dava mais, ela falava que era pano que elas tavam guardando pra época que as vezes num, eles suspendiam um pouco as vez continha um pouco, aí ela, elas num me, aí eu fui descobri depois que aqueles panos, era os pano que a encarregada deixava com elas de manhã e elas num me entregavam, entendeu, aí depois que elas saíram de lá, eu falei, falei o pano que me

deram quando eu cheguei já tava, por causa do produto eles vão ficando é mole e ocê ia torce os pano quase que rasgava na mão, aí mostrei falei com encarregada ela me deu um pano quando eu, aí, aí depois que eu fui nota que aqueles pano que tavam lá é os pano que ela. Aí um dia eu cheguei (risos), eu cheguei assim do nada, eu lembro direitin, era 13 de maio, eu tava até cantando porque era dia de Nossa Senhora de Fátima né, e eu tava cantando tudo aquela música de Nossa Senhora de Fátima '13 de maio entrei', cantando, tudo, aí eu tentava puxa assunto com elas, faze tudo pra elas conversa, sei lá, porque elas eram bem mais novas que eu, uma de 27 outra 33, eu com 54, mais eu tentava conversa, aí tava a Mariana e a Lara, que era as duas que trabalhava lá no bloco e tava a Viviane que trabalha no otro bloco que ia almoça com elas lá, aí eu peguei cheguei falei com elas, eu falei aí, aí há, a Lara tava sentada na frente do tanque onde fica os produtos em baixo, eu peguei, Lara dá licença pra mim pega os produto pra min trabalha né, pô meu balde aí no tanque, pô os produto e a água pra min trabalha, ela pego falo assim, não num saiu, eu falei, eu pensei que ela tava brincando né, eu falei dá licença Lara (sorriso tímido), depois cê senta aí de novo, não num saiu daqui num saiu daqui ninguém me tira, assim do nada, aí eu falei, não Lara, num tô brincando não, eu tenho que pega os produtos, eu tenho que trabalha, aí ela pego falo assim, não, eu não saiu, não saiu daqui, aí eu peguei falei Lara, menina comé que eu vó pega a água, aí ela pego a água aí no tanque, porque ela tinha um negócio de bactéria, que não podia pô os baldes na pia, porque tinha negócio de bactéria, eu num entendo muito dessas coisa não, num sei porque tinha bactéria, eu sei lá (...)

F: Mas a Lara é funcionária? (...)

E: É, ela, ela é trabalha que nem eu, ela funcionária no mesmo nível meu, num é encarregada, é a mesma, aí eu num sei, aí né, num sei comé que fala o nome da gente, a gente é (...) comé que fala, é, cuida da limpeza, é (...) comé que fala (...) há num sei o nome.

F: ixi, eu também agora (risos), cê falando o nome assim (...)

E: Arrumadera, pode se arrumadera não, sei lá, a gente (...)

F: Trabalhador da limpeza (...)

E: É, trabalhador da limpeza (...)

F: (...) serviços gerais (...)

E: Serviços gerais é! Aí ela, ela é que nem eu, só que ela trabalha das 6 as 3 (horas da tarde), com a Mariana, aí eu peguei, ela falo que num saia, aí peguei comecei a liga pra encarregada, pra Vanda no meu celular e a Vanda num atendia, eu liguei três vezes, ela num atendia, eu peguei falei meu Deus e na hora num vinha na minha cabeça que podia pô o balde lá na pia, porque, porque ela falava que num podia pô o balde na pia, como que ela me passo o serviço, me (...)

F: Ela que te treino?

E: Ela que me passo o serviço, que me mostro comé que eu fazia o serviço, porque eu nunca (...)

F: Que quê cê tinha que faze (...)

E: É, porque eu nunca tinha trabalhado de serviço gerais, então eu pui na minha cabeça que ela tinha algum né, alguma coisa assim, então eu tinha respeito por ela, porque tinha o respeito, porque ela, ela me passo tudo né, então eu tinha respeito, então eu deixava ela fala que ela era minha chefe, eu deixava sabe, fazia de conta que num via, que eu num, que eu num tava ouvindo aquilo, aí crio aquele né, aí eu peguei falei aí meu Deus, aí na hora, aí a Vanda num atendia, a, a Rosana e a Cláudia, Rosana é a coodernadora lá do bloco lá da pedagogia do G lá em baixo e a Cláudia é acho que secretária lá, ela secretária dela, secretária do bloco lá, eu num entendo muito bem aqueles cargos não, elas iam passando, aí eu peguei falei, Dona Rosana pedi pra ela sai daqui, eu, eu, na hora foi a única coisa que me veio a cabeça assim, pedi pra ela sai pra min pega meus, os produto pra min trabalha, aí a Rosana paro olho assim, falo assim o Lara da licença pra ela pega os produto, aí menina, essa menina me olho assim e falo assim sai de fasto Satanás, eu num vó sai daqui, ninguém me, eu num saiu, ninguém me tira, sai de fa..., falava sai de fasto Satanás, eu falei gente essa menina é, é, agora ela num tá regulando muito bem não, agora eu fiquei calada, sabe que quê eu, aí depois fui nota que ela queria que eu brigasse com ela, brigasse com ela, e pois as duas a Viviane e a Mariana pra se a testemunha, ela queria que eu brigasse, mas eu não briguei, aí a, a, Dora Rosane noto que eu tava muito vermelha né e me chamo assim de lado assim, a Cláudia também né, aí a Rosane falo assim, cê num brigo com ela não né Elenice, eu falei, eu não briguei, eu até tava cantando, eu cheguei, pedi pra ela da licença pra min pô os produto pra min trabalha né, porque eu chego já de uniforme, eu, eu chego de uniforme e vó de uniforme né, porque eu acho, primero eu num gosto de sai de ropa limpa com o corpo suado, porque a gente fica suado, muito suado né, e eu acho mais pratico vim de uniforme, fica traze ropa na sacola esses trem, num gosto, aí eu vem de uniforme, eu num troco de ropa, então eu chego já pondo os trem no balde, já vó arrumando, aí eu uso um carrim que tem lá, que ninguém usava, aquele carrim fica lá dentro do depósito ninguém usava, falei há, eu vó fica carregando esse tanto de trem na mão, tem esse carrim aqui, eu nem sabia comé que usava o carrim, eu fui mesmo me adaptando a vassora lá, eu via um burraco eu punha a vassora, eu fui, fui sabe, foi pondo meu saco dentro do negócio lá, o saco que trabalha de lixo esses trem, aí eu pegava tirava o carrinho, eu tinha tirado o carrinho já, e aí ela sento na frente do troço (ELENICE, 54anos, 2015)

Contudo, nota-se que conflitos e tensões entre as trabalhadoras além de serem corriqueiros e acabam por legitimar, inclusive, uma noção de subordinação entre as trabalhadoras, através de uma postura de imposição. Como diz Elenice, “resolveu falar que ela era minha chefe”. Dimensionando, em meio a isso, a falta de solidariedade e companheirismo, mesmo em condições de trabalho degradantes e insalubres.

No entanto, essas perspectivas que vão se engendrando, são perpetradas por uma postura autoritária da empresa e suas encarregadas, pois como coloca Elenice “porque a

gente num pode almoçar tudo no mesmo bloco, no mesmo horário”. Sendo assim, tirando qualquer possibilidade de articulação, ou pretensão de questionar desmandos nas relações de trabalho. Luzia, em outro momento, disse-me que a empresa proíbe os trabalhadores de organizarem confraternizações ou festas, sendo explicitamente proibido, criarem qualquer espaço de sociabilidade.

F: Mas, aqui no, na UFU quando você entro (...) hoje tem a ARQ né, tem outras empresas também, cê, cê?

L: tem a Servicorp, tem mais firma aqui dentro, agora no momento eu num to lembrando é o nome, mas tem.

F: depois até eu tem que olha isso, porque (risos)

L: tem bem umas, quatro ou cinco firma além da ARQ, aqui.

F: Mas a relação por exemplo, entre os trabalhadores dessas diferente empresas é o mesmo, ou tem um certa (...)?

L: Há tem! (...)...

F: diferença assim?(...)

L: Eu já notei que tem, mais isso assim, é, é indicado pelo chefe mesmo, pra num gera confusão, a tal, talvez uma fofoca um trem, pode causa uma confusão. Parece que mantém assim mais (...) hum, a servicorp lá no canto deles, nós no nosso.

F: Aí, divide os bloco, os locais, e cada um (...)

L: é, cada um, cada firma pego uma coisa pra fazer né (...) igual esse U aqui mesmo (*bloco U*) é a Servicorp que faz, esse aqui (*indicando o bloco acima da mesa onde fazíamos a entrevista, bloco ...*), é a Servicorp que faz, o da Música ali, e tem mais, então cada firma tem o seu, seu setor.

F: cêis nem fica sabendo como dividiu, acaba que num falando pro cêis?

L: Acho que nem as encarregada das firma tem contato umas cás outra, num tem, isso eu já prestei atenção, num tem, de jeito nenhum, aí, parece que a base do pessoal da Servicorp, é lá na biblio..., é lá na Reitoria, parece que eles fica lá.

F: Eu percebi mesmo que tem um uniforme diferente mesmo que (...)

L: O nosso já é ali na última sala, do 3E (...)

F: Sei (..)

L: Aí mantém aquela separação né. (LUZIA, 56anos, 2015)

Diante do que foi exposto por Luzia, pode-se perceber que existe uma articulação entre as empresas terceirizadas de limpeza, para não deixarem as trabalhadoras construírem laços de amizade ou companheirismo, como diz Luzia: “Aí

mantêm aquela separação[,] né”. Inclusive evitando que as encarregadas, tenham proximidade e construção de relações com encarregadas de outras empresas terceirizadas.

Entretanto, parece haver certa articulação entre as empresas que prestam serviço a universidade, que as levam a fixar suas “bases” de apoio distantes uma da outra, como forma de dificultar a relação entre seus funcionários. Indica-se assim, que uma das principais características dessas empresas terceirizadas é a incondicional recusa de possibilidade de articulação das trabalhadoras.

Essas relações de dominação e controle são construídas, em grande parte, a partir da relação entre trabalhadoras e encarregadas, legitimando uma postura de superioridade para embutir entre as trabalhadoras a postura de medo e resignação. Como expõe Luzia em nosso diálogo:

F: Elas só ficam na salas o ... , ou elas num, tipo assim no sentido de (...), por exemplo, elas fazem essa cobrança toda, mas elas acabam que, você tá falando que elas num (...)?

L: Não. contanto que não sobra nada pra elas (risos), tá ótimo (*sarcasmo*).

F: (risos)

L: Eu mais a colega nós pode, nós tem que se virá, época de lavação nós tem que pega a chave, nós tem que escolhe pessoal, tudo, sabe, pedi máquina. Mais nem aqui elas num vem, num vem pra fala pô, limpa aqui assim, assim, fulana aqui assim, assim, ciclana (...). Aquela coisa que um chefe (...). Não chega gritando, com atrevimento, mas pedi pra faze. Elas que nós, eu e a Fernanda fica igual duas chefe aí dentro. Eu num vo sai mandando ninguém faze nada não. Esses dias veio olho, a mais, a senhora num tiro aquele detalhe do rodapé, falei eu, mais de jeito nenhum, cêis tão achando que eu vó manda os otro. Falei não minha filha (risos), elas veio pra cá pra min ajuda, num foi pra trabalha pra min não, (risos) faze escraviza pra min não, isso era o que, obrigação (...) era elas que tinha que chega, né. Mais, as muié vê elas, umas sai correndo, estremece, morre de medo. Mas já que elas tem medo, elas sabe que as muié tem medo, tinha que te chegado, né, e impo, eu quero isso aqui assim, assim. Aquilo lá feito assim. Não, some tudo. Hó, uma hora dessas já fui tudo embora já (LUZIA, 56anos, 2015)

As dificuldades encontradas pelas trabalhadas vão se delineando no cotidiano, relações de autoridade e autoritarismo por parte das encarregadas, como diz Luzia: “não chega gritando, com atrevimento, mas pedi pra fazer”. Assim, existem momentos de grande assédio moral. Luzia, sobre este aspecto, expõe: “mais, as muié vê elas, umas sai correndo, estremece, morre de medo”. Constrói-se, por força da dominação das encarregadas, uma postura de terror no trabalho.

F: Mais, elas sai mais cedo assim do trabalho?

L: Não, é três hora, três hora hó... (risos)

F: (risos) Nossa, mais aí, como que é a questão por exemplo de horário assim, de é, como você vê essa questão de (...) falo assim no sentido (...) Elas num batem cartão, elas num batem ponto?

L: Eu acho que não, porque dá três hora num precisa caça mais ninguém aqui mais, quando fica mais um poquim aqui elas num fica, elas vai lá pra biblioteca ... prô cê vê, é longe né (...) uma só, a outra vai embora.

F: são, são essas mulheres todas, pra todas da ARQ, elas são fiscais da ARQ, tipo assim, pra todas (...)?

L: Dos bloco tudo da ARQ. Elas são que vê, a Joana, Neide, a Vanda, é três.

F: É três, pra todas, mais, mais cê acha (...)

L: Isso (...) (risos)

F: ...mais ou menos quantas (...) manhã, tarde e noite?

L: Aí acaba da uma (risos) você sabe né (risos), você pode precisa de tudo, mais num lança um problema pra elas não, lança não porque num encontra ninguém. Agora, desce três horas, quem não foi embora, desceu lá pra biblioteca, faz sabe lá o que, lá tem uma geladeira enorme, cheinha de muita comida, uma televisão da tela desse tamanho (*indicando com os braços o tamanho da TV*), vai fica aqui fazeno o que? Aí se eu precisa de alguma coisa aqui, ou qualque uma de nós, nós tem que “abala” lá na biblioteca pra vê se elas estão lá, anda tudo lá pra procura pra pode fala o que tem, há mais tá assim, a não eu num vô não, cêis se vira lá que eu num vô não, aí. (LUZIA, 56anos, 2015)

A falta de “ações coletivas e solidárias” no trabalho acaba sendo um desgaste para essas trabalhadoras, construindo inclusive a noção algumas trabalhadoras acabam tendo privilégios dentro da empresa em relação às outras trabalhadoras. Indicando espaços como na biblioteca, nos quais elas encontram “lá tem uma geladeira enorme, cheinha de muita comida, uma televisão da tela desse tamanho”. Nesse sentido,

somando-se as noções de submissão e controle, tem-se a falta de aparato material para execução do trabalho. Consequentemente, deixando as trabalhadoras a mercê de acidentes, como nos ressalta Luzia:

F: Num teve uma, uma, um treinamento né, es contrato, aí do jeito que chego eles repartiam os funcionários...

L: Isso, nós num teve treinamento não, nem pra lida com o produto nós num tivemo treinamento. Aqui tinha pessoa já adulta, bem véi, da minha idade, que num sabia lida com, com o produto, que adueceu, sabe. Eu tem uns produto aí que eu num uso não, porque eu sei que num tem necessidade, alem dele acaba com minha saúde, acaba com de quem tá perto também...

F: Mais, questão de material assim, eles num (...) como que você, cê acha assim, questão de equipamento, cê (...) porque é um veneno né, num deixa de ser um veneno (...)

L: es fornece os EPI direitim, só que (...) tem local que num tem como usa, igual aquelas luva por exemplo, se eu fó limpa uma mesa com coisisinha pequenininha, luva de borracha, eu vó é derruba aquilo tudo, num tem jeito (...) mas a gente usa assim mesmo, eu pra limpa a mesa essas coisa, eu num consigo usa, sabe, mas quando limpa o chão, lava o banheiro, aí eu uso.(LUZIA, 56anos, 2015)

Dessa forma, percebemos como os trabalhadores terceirizados estão muito mais expostos a acidentes de trabalho, consoante a Luzia:

F: Certo, eu ia entra em outro assunto que cê tinha falado Luzia, e queria que cê, queria que cê falasse um pouco que jeito que é, que esses produtos por serem fortes, as pessoas aduecem e acabam sendo afastada do serviço, é (...), qual segurança essas pessoas tinham, na época quando elas adueceram, teve alguma segurança, deu alguma, é, sustento, aparato pra elas serem afastadas por causa dessas contaminações, por esses produtos, ou acabaram que, como elas agiram assim, como que foi o?

L: Uai, teve uma que por lida muito hipoclorito puro, ela queimo as vista, aí o olho dela encho, encho assim que ela num enxergava nada, fico desse tamanho ó (*Ela apontou no rosto o tamanho do enxado*)...

F: Nossa!!

L: Fico horrível o rosto dela, aí o marido levo pro médico, o médico falo, ou cê sai desse serviço ou então, você vai fica sem, vai perde suas vista, isso queima. Aí ela fico afastada, ela fico acho que seis mês afastada, aí mesmo que desenho, mas ela num podia com o produ..., ela num podia mais com produto nenhum, se ela fosse trabalha ela só podia com sabão neutro ou então com água pura (...)

F: Aí, aí ela?

L: Aí depois ela volta, que fico afastada pelo INSS né, recebendo o auxílio doença lá, só que, aí depois ela fez uma bobagem, ela pediu conta! Es pressiono ela assim, segundo eu ouvi fala, es pressiono ela pra pedi conta, falo que não, que se ela quisesse ela tinha que pedi conta, porque eles não ia manda ela embora, sabe.

F: Não, mas é, mas num, por ser um produto muito forte, imagino assim, claro que no caso dela foi grave, mas num deve ser o único que aconteceu assim, por mexe com esses produto assim?

L: Não, teve mais, teve uma que parece que teve alergia, essa eu num cheguei a vê ela, ela, ela, alergia na mão, e feriu tudo assim, sabe, os dedo, a mão todinha, aí foi tava subindo nos braços, parece que foi lá no Umuarama, aí fico afastada também.

F: Mais depois conseguiu retorna, a empresa (...)

L: Aí ela retorno, só que agora, ela único serviço que ela faz, ela não mexe com produto mais, ela limpa os móveis, mais só com água, as outra colega dela usa o produto, ela não. (LUZIA, 56anos, 2015)

Apesar de Luzia ter apontando em seus relatos o exemplo de duas trabalhadoras, podemos dimensionar isso de forma muito maior, pois caracterizou apenas os acidentes mais graves, certamente existem outros, que em grande parte não são divulgados. Nesse sentido pretendo indicar aqui em quais condições e quais são benefícios que esses trabalhadores estão inseridos.

F: tranqüilo (...), mas a questão do salário, quais são os benefícios assim, questão mais?

E: Há, a gente ganha 868 (reais) por mês, assim o salário, 868, só que tem os descontos né, é (...), seis por cento do passe, que dá uns 50 reais e 80 de INSS né, uma vez no ano o FGTS né, e uma vez no ano o sindicato né, mas os desconto da quase, da quase uns 100 reais.

F: Plano médico num tem não?

E: dá mais de 100 reais um poquim. Há, plano médico nós num temo, mas nós temo plano de dentista, dentista a gente tem.

F: É, e o, o, a cesta básica?

E: Há é, se a gente não falta, se não tive nenhuma falta a gente ganha 219 reais de cesta básica.

F: Mas tendo uma falta num tem?

E: Mesmo justificada, mesmo, mesmo se ocê trouxe atestado.

F: Mesmo se ocê traz o atestado cê perde a (...)?

E: Perde a cesta, nós num temo cesta, é 219 de cesta.

F: há, aí todo mundo tenta num, num, nesse sentido?

E: Aí ninguém falta porque pra num, pra num, tem gente que vem trabalha doente.

F: Tem gente que já perdeu já?

E: Tem gente que perde.

F: Tem gente que já veio trabalha doente já?

E: Tem gente que vem trabalha doente pra num perde a cesta, entendeu, aí, mas é, cê não pode falta pra ganha sua cesta. Então aí a gente ganha 750, agora quem tem filho ganha, aquele negócio comé que chama? (...)

F: Nossa eu não sei.

E: Alguma coisa de família aí.

F: Ajuda família, alguma coisa assim?

E: Ajuda, comé que chama gente, quem tem filho ganha um negócio do governo né, acho que é 60 reais pro filho, negócio assim, 50, num sei (...)

F: É o bolsa família, não?

E: É um negócio família, bolsa família, bolsa família, num é, que chama?

F: É, tem o bolsa família, mas eu num sei se, se (...)

E: bolsa família,(...) é, quem tem filho ganha essas coisa.

F: Mas tem muita gente que já perdeu assim, que você percebeu, que perdeu o ticket por falta ou por?

E: A cesta, a cesta, num é uma ticket, a cesta é um cartão que é pra você compra, pra você compra no supermercado.

F: Mas teve algum assim, que você percebeu que algum dia faltou e acabou perdendo?

E: perde.

F: Acontece muito ou pouco cê acha?

E: Muito pouco, porque esses 219 faz bem a diferença, mas então, eu já conheço gente que faltou e perdeu, entendeu, assim, eu tenho 4 meses de firma, é muito pouco, igual te falei, elas vem. A Lara mesmo essa menina, ela veio com a boca toda enxada trabalha, porque ela arranco um dente, mas ela num queria perde a cesta dela, entendeu (...), num tava nem conversando e ela veio, entendeu, pra num perde a cesta, então tem essas coisas, mas assim eu gosto, assim sabe, o tratamento é muito bom (ELENICE, 54anos, 2015)

É explícito na narrativa de Elenice a falta de condições dignas de trabalho. Sabendo que, o trabalhador é forçado a não faltar para ter direito a benefícios tais como o ticket alimentação. Contudo, apesar de expostas a acidentes de trabalho e a produtos

químicos, elas não possuem respaldo através de benefícios como plano de saúde ou “adicional” de insalubridade, o que as deixa a mercê da própria sorte.

Todavia, a noção de trabalhar doente não está simplesmente ligada ao acidente de trabalho, mas também, à cobrança incessante, que faz vários trabalhadores permanecerem adoecidas no trabalho. Além de perda de benefícios, existem os descontos, realizados sobre o salário mínimo que recebem, valor bem abaixo do padrão recibo pelos trabalhadores ligados diretamente a instituição.

F: Sim. E pelo que eu percebo assim, pelo que eu conversei, existe uma rotatividade muito grande de funcionários, principalmente das terceirizadas assim, da limpeza, as mulheres entra, as vez fica dois, três mês e sai, as vezes fica cinco meses e sai assim e é muito mais difícil continu..., é muito mais difícil ter o processo de continua no trabalho assim, cê acha que existe essa rotatividade muito grande, como é que é, dos funcionários, da maioria dos trabalhador?

L: Não, mas tem mesmo. As vez chega quinze pessoa só pra cá, tem uns que num chega a trabaia duas semana, já vai lá no escritório e pede a carteira de volta, diz que o serviço é muito pesado, eu num acho ele pesado, é porque tem sabe, é, limita né, conhece o limite da gente com o serviço. Agora não, as vez já chega já além da conta e aduece, dá conta não, aí depois elas acha que tá muito e qué sai, aí pedi conta e vai embora, é entrando e saindo direto.

F: É? Mais a maioria da reclamação é nesse sentido assim, de acha que o trabalho é muito pesado assim?

L: É, aí acha que é muito pesado e num fica.(LUZIA, 56anos, 2015)

Outra questão importante a ser abordada nas condições de trabalho, é a constante rotatividade desses trabalhadores terceirizados, a falta de condições e o baixo salário, faz com que os trabalhadores não sintam seguros para se manterem ou se “fixarem” nas empresas terceirizadas.

F: Mas assim, hù, essa questão dos contrato da empresa assim, porque a ARQ, já ta a muito anos já na UFU, é (...), a cada contrato existe uma certa, uma certa (...), como que (...), existe uma certa?

L: Um tempo?

F: Uma certa angústia, no sentido do trabalhador, fala nossa o contrato agora vai passa por licitação, ou não, os trabalhadores já sabem que mesmo trocando empresa fica os trabalhadores ou como que é esse processo de, eu falo mais no sentido de estabilidade sabe, porque, a gente percebe que o trabalhador terceirizado ele tem essa questão, da não estabilidade, não é igual o servidor público, que ta aí concursado

que tem uma estabilidade maior, existe essa, essa preocupação também entre os trabalhadores?

L: Há, existe, existe sim, principalmente, fala nó, eu tenho uma conta né, e agora vem essa licitação, eu num sei o que vai acontece, porque tanto es, assim quem num dá trabaí es avisa, pergunta né, cê vai quere sai ou vai quere fica, pronto, não eu vó fica, então tá, aí eles faz uma lista, fulano, ciclano brigo com num sei quem, fulano fez isso e aquilo, então junta tudo e (...)

F: Quando troca a licitação?

L: Quando termina o contrato, porque tem uma (...)

F: Contrato com a UFU, ou com trabalhador?

L: Também rompe o contrato com o patrão também, porque o dele com a UFU é limitado né, e o nosso com ele é ilimitado, sabe, porque ele memo já veio muito aqui, ele memo fala, quanto menos gente eu manda embora melhor, é melhor pra min e melhor pro cêis, que, pra que fica entrando e saindo, entra num serviço hoje sai amanhã, fica pulando de gaí em gaí, então tá num lugar então quieta ali e pronto, então ele, quando a pessoa qué sai, aí manda. (LUZIA, 56anos, 2015)

O medo entre os trabalhadores terceirizados é um sentimento constante, pois a todo o momento estão expostos a demissão, pois como explicitou Luzia “quem num dá trabaí es avisa”, ou seja, aqueles que estão incomodando, ou já não são interessantes para a empresa são demitidos na “lista”. Narrando inclusive uma postura benevolente do patrão ou dono da empresa, Luzia vai mostrando como essas relações são perversas, pois apesar de não garantir condições dignas de trabalho, o patrão, acaba “jogando” a responsabilidade para os trabalhadores, “tá num lugar então quieta ali e pronto”. Sendo assim, aqueles que saem ou são mandados embora fossem mandados por incompetência ou porque não mereceram “ficar” na empresa.

F: Mas a maior reclamação no sentido assim, é a questão da condição de trabalho, existe esse desgaste, não só da chefia, mas o salário também, porque isso que faz, porque, falo no sentido assim, você que tá mais tempo, deve que pego várias pessoas, colegas de trabalho diferentes, converso dialogo assim nesse sentido, percebendo que, como que elas, você vê também, vê assim?

L: Muita memo, saí porque acha que o serviço é muito, e por causa do salário né, a maioria delas, é isso. Agora eu não, eu trabalho assim, mais ou menos baseada no que eu ganho, porque, num é porque, eu já tenho uma certa idade, eu desde do doze ano que eu faço esse tipo de serviço, eu sei qual que é as manha, tudo, sabe, num tem necessidade de você chega e quere lava um bloco intero, faze tudo duma vez, isso não existe, eu posso faze, mais se eu aguenta demais é dois, três ano, porque isso já aconteceu muito aqui, então

F: Há de desgasta, e a pessoa?

L: É uai, então eu num faço isso de jeito nenhum!

F: Mais esse excesso de trabalho, que a pessoa entra pra fazer isso, igual cê fala, num tem as manha de como fazer, isso porque a pessoa num, ou tem uma pressão também?

L: Não, põem pressão, só que o cê num, essa pressão num, ela num deve sê levada em conta, sabe. Porque se fô leva essa pressão em conta, num fica de jeito nenhum, porque num guenta, igual aquela menina que eu levei o abacate pra ela, ela fico um ano fora da firma porque ela adueceu, ela fica ali sozinha, e olha que ela que lava aquilo ali tudo sozinha, e ela lava, e ela encerra, sabe, até nove hora da noite, do meio dia as nove, tem vez que ela nem almoça, só trabalhando. Aí por resto ela num aguento mais, num tava aguentando, aí saiu, aí eles tava, aí veio a licitação né, aí ela pego e pediu pra chefia lá, hó, se cêis for manda gente embora aí, pode pô na lista, porque eu num quero, eu vó descansa um pouco que eu num guento mais não.

F: Porque toda vez que vai a licitação, eles faz uma lista de quem que es qué manda embora?

L: Eles faz uma lista de quem que eles qué manda e de quem qué, assim, es pergunta se alguém mais qué .

F: Então aquelas pessoas que eles acham, que eles não querem, tem esse processo, toda vez que abre licitação então?

L: Eu acredito que sim, porque da outra vez, qué vê, quando teve uma turma que eles mandaram embora, num teve, num era licitação não, era porque as muié tava aprontando demais. Teve uma encarregada aqui, que ela fala assim, é eu não quero gente velha na minha turma, eu só quero jovens, aí troxe arrumo aquela mulecada, pois um anúncio no, na televisão, no rádio, naquele jornalzim de emprego, ela pois um anúncio. Assim que as funcionária mais velha que ela arrumo tinha vinte dois ano, só mulecada, e essa mulecada, nem é bom fala (risos). (LUZIA, 56anos, 2015)

Por fim, é importante ao expor o terror cotidiano que essas trabalhadoras são levadas, pois não é simplesmente quem “está dando trabalho” que entra na lista, mas quem adoece, quem não submete ao trabalho de forma incessante e etc. Luzia da última vez que tive a oportunidade de encontrá-la narrou que estava angustiada, pois havia sido informada de que entram na lista aqueles que vão ficando muito velhos, ou com muito “tempo de casa”. Dessa forma, se anula qualquer relação de proximidade do trabalhador com a empresa por um longo período de tempo.

Contudo, podemos perceber que a noção de se encarar esses trabalhadores terceirizados, como detentores de direitos, com necessidades e interesses, é desqualificada em várias ações das empresas terceirizadas. Sendo assim, quais

possibilidades de luta e de melhores condições de vida podemos vislumbrar para esses trabalhadores? Quais expectativas podemos vislumbrar para o presente e o futuro desses trabalhadores terceirizados? Dessa forma, apresentar esses “outros mundos”, ao esmiuçar um pouco a vida dessas trabalhadoras, nos leva há necessidade de lutar para transformarmos o que está posto como mundo capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do proposto, as políticas neoliberais e o processo de terceirização do trabalho, propiciaram perdas de direitos as classes trabalhadoras. A pesquisa empírica demonstrou que esses trabalhadores terceirizados estão expostos a condições de trabalho degradantes. Visto que a possibilidade de estabilidade no trabalho se tornou ilusória, pois a terceirização traz consigo uma forte rotatividade dos trabalhadores.

É importante frisar a História Oral como um campo de possibilidades, pois, através das entrevistas, compreendemos como os próprios trabalhadores interpretam e constroem seus posicionamentos. Nesse sentido, coloca-nos a perspectiva de não só compreender como o mundo do trabalho foi transformando-se e é transformado, mas também como os trabalhadores constroem o seu fazer-se.

A perspectiva delineada nos últimos anos é de ampliação do processo de terceirização. Contudo, a partir das disputas que vão emergindo, torna-se possível pensar como os trabalhadores vão transformando suas formas de resistir à dominação da classe detentora dos meios de produção. Além disso, outro desdobramento que se percebe com o processo de terceirização do trabalho na Universidade Federal de Uberlândia, é o combate à noção de espaço público e as instituições públicas de ensino. Dessa forma, a perversidade nas políticas neoliberais, faz com o que os trabalhadores estejam expostos a um constate assédio moral.

Impulsionar assim, não só retrospectivamente, mas também prospectivamente se faz necessário, refletindo sobre possibilidades de superar o projeto neoliberal, que coloca como essência a noção de privilégio social como necessária à manutenção da “democracia”.

Por fim, confrontamos um dos sentidos mais disseminados com o processo de terceirização, a saber, a legitimação de que com a terceirização a eficiência do trabalho se amplia consideravelmente. Soma-se a isso o fato de podemos perceber que não é a eficiência do trabalho que se maximiza, mas sim, a eficiência do lucro e a expropriação dos bens das classes trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Diana (org). *A Precarização Tem Rosto de Mulher: A Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da USP*. São Paulo: Edições Iskra. 2013. 2ª Ed.

BRASIL. Decreto-Lei nº2.271, 7 de julho de 1997. Dispões sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%202.271-1997?OpenDocument Acesso em: julho de 2015, às 10:31.

_____. Decreto-Lei nº 200, 25 de fevereiro de 1967. Dispões sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm Acesso em julho de 2015, às 10:56.

_____. Lei nº5.645, 10 de dezembro de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm Acesso em julho de 2015, às 11:00.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo: Cortez, 2006. 11ªed

FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de (orgs). *Sociedade Civil: Ensaio Histórico*. Jundiaí: Paco Editorial. 2013

PORTELLI, Alessandro et al. *Mundos dos Trabalhadores, Lutas e Projetos: Temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009. Vol 3

_____. Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História*. São Paulo, vol.15, n, p13-33, abril 1997.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 6ª Ed

THOMPSON, E.P. Trad. Denise Bottmann. A Árvore da Liberdade. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol1

WOOD, Ellen Meiksins. Trad. Paulo Cesar Castanheira. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.